

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Escola de Comunicação

DIEGO DE JESUS SANTOS

NARRATIVAS PERIFÉRICAS

Testemunhos e Imagens Insurgentes na Favela da Maré

Rio de Janeiro - RJ

2018

DIEGO DE JESUS SANTOS

NARRATIVAS PERIFÉRICAS

Testemunhos e imagens insurgentes na Favela da Maré

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivana Bentes

Linha de pesquisa: Tecnologias da Comunicação e Estéticas

Rio de Janeiro

Novembro de 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237	<p>Santos, Diego de Jesus. Narrativas periféricas: testemunhos e imagens insurgentes na Favela da Maré / Diego de Jesus Santos. Rio de Janeiro, 2018. 100 f. : il.</p> <p>Orientadora: Ivana Bentes.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2018.</p> <p>1. Comunicação – Teses. 2. Escola de Cinema Olhares da Maré (Projeto). 3. Favelas – Rio de Janeiro (RJ). 4. Maré (Rio de Janeiro, RJ) – Condições sociais. 5. Política urbana – Rio de Janeiro (RJ). I. Bentes, Ivana. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 711.4</p>
------	---



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO
UFRJ



ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA POR Diego de Jesus Santos NA ESCOLA DE
COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

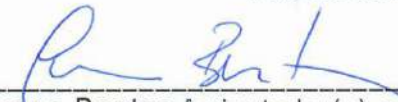
Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, na sala 140 da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi apresentada a dissertação de mestrado de Diego de Jesus Santos, intitulada: "**Narrativas Periféricas: Testemunhos e Imagens Insurgentes na Favela da Maré**", perante a banca examinadora composta por: Ivana Bentes [orientador(a) e presidente], Anita Matilde Silva Leandro e Jailson de Souza e Silva. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua dissertação:

aprovada reprovada aprovada mediante alterações


O trabalho é um ponto de partida para um aprofundamento, dada a originalidade e relevância do tema, além da qualidade do material empírico acumulado. A banca sugere revisão do texto, com vistas, inclusive, a uma futura publicação.

E, para constar, eu, Laura Machado, lavrei a presente ata, que segue por mim datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Mestre em Comunicação e Cultura.

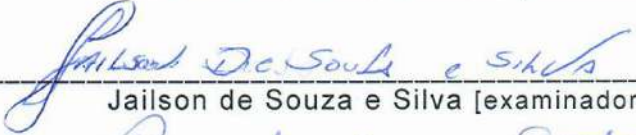
Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2018




Ivana Bentes [orientador(a) e presidente]



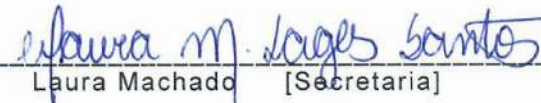
Anita Matilde Silva Leandro [examinador(a)]



Jailson de Souza e Silva [examinador(a)]



Diego de Jesus Santos [candidato(a)]



Laura Machado [Secretaria]

AGRADECIMENTOS

O mestrado me proporcionou um reencontro com a Maré após três anos de atuação no território com a gestão de uma missão, a ECOM. Eu reconheci, a cada novo aprendizado na Escola de Comunicação da UFRJ, a grandiosidade daquela experiência, que alterou tão intensamente a minha forma de olhar o mundo.

Agradeço ao presidente Luís Inácio Lula da Silva por ter feito com que o acesso à educação transformasse a minha realidade.

À minha avó, Dona Mulata (*in memoriam*), que me ensinou a parte mais importante do que sou e acredito.

Ao meu companheiro, Diego Alves, por ter compartilhado comigo todas as experiências vividas com a ECOM, me ajudando a construí-las — e pela força que me empresta todos os dias.

A Eliana Sousa Silva por ter acreditado em mim, e por me fazer acreditar em mim sempre e cada vez mais.

À minha orientadora, Ivana Bentes, pela inspiração que despertou o nascimento das reflexões deste trabalho.

À professora Anita Leandro pelas palavras, textos e filmes que levaram ao amadurecimento das minhas descobertas nos últimos dois anos.

Aos amigos Lucas Carvalho, Sarah Silva, Camila Yallouz e João Aleixo por serem a minha família.

A Henrique Gomes, Fagner França, Gabriela Lino, Sara Alves, Helena Edir Vicente, Geandra Nobre, Joelma Souza, Gilmará Cunha e tantos outros moradores da Maré que passaram pela minha trajetória até aqui, e que continuaram.

Aos parceiros Valéria Toloí, Claudiney Ferreira, Randal Johnson, Marcia Adorno, Bhega Silva e Andressa Cor por atravessarem a ECOM e a Redes da Maré contagiados pelo nosso desejo.

Ao Ministério da Cultura, Itaú Cultural, Consulado Geral do Brasil em Los Angeles e UCLA Extension por apoiarem a ECOM, reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento da Maré.

À Redes da Maré pelo que representa para o território da Maré, e por ter me inserido em um ambiente de afetos e lutas como nenhum outro.

À Maré por toda a sua gente, por sua história, e por me indicar o caminho para alcançar esta conquista.

“[...] A caravana do Irajá, o comboio da Penha
Não há barreira que retenha esses estranhos
Suburbanos tipo muçulmanos do Jacarezinho
A caminho do Jardim de Alá
É o bicho, é o buchicho, é a charanga

Diz que malocam seus facões e adagas
Em sungas estufadas e calções disformes
É, diz que eles têm picas enormes
E seus sacos são granadas
Lá das quebradas da Maré

Com negros torsos nus deixam em polvorosa
A gente ordeira e virtuosa que apela
Pra polícia despachar de volta
O populacho pra favela
Ou pra Benguela, ou pra Guiné

Sol
A culpa deve ser do sol que bate na moleira
O sol que estoura as veias
O suor que embaça os olhos e a razão
E essa zoeira dentro da prisão
Crioulos empilhados no porão
De caravelas no alto mar [...]”.

Chico Buarque, *As Caravanas*, 2017.

RESUMO

Este texto tem como objetivo analisar materiais produzidos pelo projeto Escola de Cinema Olhares da Maré (ECOM), desenvolvido pela ONG Redes da Maré, durante a ocupação do conjunto de favelas da Maré pelo Exército Brasileiro, ocorrida entre abril de 2014 e junho de 2015. Para isto, o estudo considera diferentes aspectos do contexto da Maré nos últimos cinco anos: a atuação da mídia, as políticas de segurança pública aplicadas ao território e o trabalho de projetos desenvolvidos por organizações da sociedade civil na comunidade. O estudo pretende entender os motivos que levaram à militarização da favela e suas consequências para o cotidiano local em meio à preparação da cidade do Rio de Janeiro para a realização da Copa do Mundo FIFA (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016). O texto trafega entre imagens e testemunhos internos para tratar desse momento crucial na história recente da Maré, do Rio de Janeiro e do país.

Palavras-chave: ECOM; favela; autorrepresentação; documentário; segurança pública.

ABSTRACT

This research focuses on materials produced by the ECOM — Escola de Olhares da Maré — project in the Maré favela complex during the period when the Brazilian Army occupied the community, from 2014 to 2015. The materials analyze media coverage between 2013 and 2018, public safety policies undertaken in Maré and projects developed by civil society organizations within the community, among other events. The study scrutinizes motives behind the militarization of the favela, and the consequences of this militarization for the local communities' daily routine, taking into account two important international sporting events that took place in Rio de Janeiro within these years: the 2014 FIFA World Cup and the 2016 Summer Olympics. This text considers both images and testimonies from the community to examine and analyze this crucial moment in the recent history of Maré, Rio de Janeiro, and Brazil.

Keywords: ECOM; favela; self-representation; documentary; public safety.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Comunidade quilombola Kalembá	16
Figura 2:	Deslocamento pelo Rio Paraguaçu	16
Figura 3:	Tropas do Exército Brasileiro fazem rondas na Maré	29
Figura 4:	Capa do livro <i>A ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré</i>	38
Figura 5:	<i>Gol Olímpico</i>	45
Figura 6:	Tanque de guerra faz incursão na rua Sargento Silva Nunes, Nova Holanda	58
Figura 7:	Ronda das Forças Armadas na Maré durante a manhã de ocupação	59
Figura 8:	Fotograma do documentário <i>Ocupação</i>	60
Figura 9:	Polícia Militar posa para fotografias com moradores durante a manhã de ocupação	61
Figura 10:	Fotograma do documentário <i>Ocupação</i>	62
Figura 11:	Fotografia tirada durante as filmagens do documentário <i>Ocupação</i>	62
Figura 12:	Polícia Militar hasteia bandeiras em praça na manhã de ocupação	63
Figura 13:	Trator utilizado pelo BOBE durante operações policiais	65
Figura 14:	“Marcha Contra a Violência na Maré: Outra Maré é Possível” nas ruas da Maré	69
Figura 15:	Fotograma do documentário <i>Ocupação</i> . Última sequência: incursão do BOPE na Maré durante a manhã de ocupação	71
Figura 16:	Fotograma do documentário <i>Ocupação</i> . Última sequência: mãe e filho na Nova Holanda durante a manhã de ocupação	71
Figura 17:	Criança brinca no Piscinão de Ramos	81
Figura 18:	MC Babalu durante filmagem do videoclipe <i>Nossa Festa é VIP</i>	82
Figura 19:	Criança brinca em rua da Nova Holanda	83
Figura 20:	Criança brinca em rua de Ramos	84
Figura 21:	Criança joga futebol em escola na Maré	85
Figura 22:	Criança solta pipa em rua da Nova Holanda	86
Figura 23:	Carro estacionado na Av. Brasil, altura da Vila do João	87

Figura 24: Criança brinca em rua da Nova Holanda	88
Figura 25: Filha de Fagner França se prepara para ir à escola durante manhã de operação policial na Maré	89
Figura 26: Crianças dançam passinho na Nova Holanda	90
Figura 27: Vista da Maré desde laje na Nova Holanda	92
Figura 28: Alunos a caminho da escola na Nova Holanda	92
Figura 29: Marcas de tiros em fachada de escola atingida durante conflitos armados na Maré	94
Figura 30: Interior de escola durante operação policial na Maré	95
Figura 31: Interior de escola durante operação policial na Maré	96
Figura 32: Fachada de escola atingida durante conflitos armados na Maré	98
Figura 33: Fachada de escola atingida durante conflitos armados na Maré	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA - Amigos dos Amigos

BOPE - Batalhão de Operações Policiais Especiais

CIEP - Centro Integrado de Educação Pública

CPV - Curso pré-vestibular da Redes da Maré

CV - Comando Vermelho

ECOM - Escola de Cinema Olhares da Maré

ESPOCC - Escola Popular de Comunicação Crítica

GCAs - Grupos Criminosos Armados

GLO - Garantia da Lei e da Ordem

IMJA - Instituto Maria e João Aleixo

ONG - Organização Não Governamental

PMERJ - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

TC - Terceiro Comando

UCLA - University of California, Los Angeles

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Delimitação do objeto e justificativa.....	15
Objetivos.....	24
Abordagem teórico-metodológica.....	24
Os caminhos da pesquisa.....	27
CAPÍTULO 1: MILITARIZAÇÃO DA VIDA: A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA COMEÇA NA FAVELA	29
1.1 Os meios de comunicação de massa como motor do estado de exceção.....	32
1.2 Quer intervenção militar? Vem pra favela!.....	34
1.3 Os testemunhos da Maré na escrita de uma outra história.....	35
1.4 Contextualização: a Redes da Maré e suas lutas pelo desenvolvimento local.....	40
1.5 ECOM e suas imagens insurgentes.....	41
1.6 À luz de novos olhares.....	43
CAPÍTULO 2: GOL OLÍMPICO	45
2.1 Anacronismo da autorrepresentação: os tempos da imagem.....	47
CAPÍTULO 3: FAVELA, ATIVISMO, REALIZAÇÃO: CINEMA DE DENÚNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA	56
3.1 Pacificação da Maré: Brasil pra turista ver.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77

ANEXOS	80
1. Fagner França.....	80
2. Eliana Sousa Silva.....	91

INTRODUÇÃO

Delimitação do objeto e justificativa

Em setembro de 2013, fui convidado por Eliana Sousa Silva¹, diretora da ONG Redes da Maré², para fazer parte da instituição. Naquele momento, eu retornara de um período de 12 meses nos Estados Unidos, onde, na UCLA, por meio de uma bolsa de pesquisa do governo brasileiro, desenvolvi estudos focados na teoria e prática do cinema documentário, como também investigações sobre a economia da cultura no Brasil, principalmente no caso da produção cinematográfica nacional. Mas a minha trajetória com o cinema do real começou durante a graduação em Cinema e Audiovisual na UFRB, onde tive a oportunidade de lecionar na escola pública de uma comunidade quilombola por pouco mais de um ano.

O trabalho envolvia pesquisas de extensão e iniciação científica das quais eu fazia parte, agregando ao seu desenvolvimento teoria e práxis documental. Durante aquela experiência, eu dei aulas sobre a linguagem do filme documentário e fui a campo junto aos alunos-realizadores com suas propostas de curtas-metragens.

O projeto *História e Memória Familiar de Comunidades Tradicionais do Recôncavo da Bahia*³ se voltava para a formação em audiovisual dos jovens moradores da comunidade quilombola Santiago do Iguape, distrito do município de Cachoeira, localizado na zona rural do Recôncavo da Bahia, às margens do Rio Paraguaçu.

1 É cofundadora e diretora da ONG Redes da Maré, e cofundadora do Instituto Maria e João Aleixo (IMJA). Ambos os projetos são instituições da sociedade civil em atuação na Maré, favela localizada na Zona Norte do município do Rio de Janeiro.

2 “A criação da Redes de Desenvolvimento da Maré, instituição da sociedade civil, é resultado de um longo processo de implicação dos seus fundadores com o movimento comunitário no conjunto de favelas da Maré e, também, na cidade do Rio de Janeiro.

As ações, pesquisas e reflexões desenvolvidas pela Redes da Maré ao longo de seu percurso, marcado pela atuação de seus integrantes em organizações locais e em outros espaços da cidade, nos diferentes campos das políticas sociais, pautam-se pelo interesse comum de trabalhar, de forma integrada e abrangente, com temáticas relativas à cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, aos seus espaços populares.

Com essa estratégia de atuação, a instituição busca desenvolver projetos dentro de cinco eixos: Arte e Cultura, Desenvolvimento Territorial, Direito à Segurança Pública e acesso à Justiça, Educação, Identidades, Memória e Comunicação”. (Fonte: <http://redesdamare.org.br/quem-somos/apresentacao> / Acesso em: 10/10/2018)

3 O projeto de extensão, desenvolvido na UFRB pelos cursos Cinema e Audiovisual e História, tinha como objetivo a formação em audiovisual dos estudantes de uma escola pública da comunidade quilombola Santiago do Iguape, localizada na zona rural do Recôncavo da Bahia, como também a realização de curtas-metragens de documentário de autorrepresentação.



Figura 1: Fotograma do documentário *Pra se contar uma história*⁴ (Lucicleide Silva, 2013).
Comunidade quilombola Kalembá | Autor: Diego Jesus



Figura 2: Fotografia do documentário *Pra se contar uma história*.
Deslocamento pelo Rio Paraguaçu | Autor: Diego Jesus

4 Curta-metragem de documentário desenvolvido pelo projeto *História e Memória Familiar de Comunidades Tradicionais do Recôncavo da Bahia*, atividade de extensão da UFRB.

O convite de Eliana Sousa Silva me trouxe uma nova oportunidade de pensar um cinema produzido pelas mãos de indivíduos que muito dificilmente chegaram a considerá-lo um instrumento viável, ou mesmo possível. Isto se dá pelos motivos óbvios da dificuldade de acesso aos meios de produção audiovisual, historicamente concentrados nas mãos de pessoas que, em sua grande maioria, são brancas e oriundas das classes média e alta brasileiras.

Se fizermos uma retrospectiva da história do cinema brasileiro, considerando a classe social de seus produtores e realizadores, de seus profissionais de forma geral, podemos ter uma ideia do quanto e por quanto tempo ele esteve distanciado da população com menor poder aquisitivo, não apenas como objeto de consumo, mas também como instrumento criativo. Longe de querer afirmar que a produção do cinema nacional atualmente tem as minorias como um pólo produtor. Há, sim, um breve processo de abertura para a democratização do acesso aos meios de produção, que só foi possível após incansáveis reivindicações e iniciativas independentes da sociedade civil, como é o caso das organizações não governamentais e seus projetos estruturantes de comunicação comunitária e produção audiovisual.

Estes são os motivos que me trazem a este texto. Não apenas o fato de ter participado ativamente de dois projetos de formação audiovisual em espaços periféricos, mas de enxergar, dentro da minha própria narrativa, também periférica, a concretização do desejo de uma transformação do mundo por meio do cinema, entendendo-o como um dispositivo que mobilize positivamente a sociedade ao meu redor.

Temos, no Brasil, uma produção cinematográfica cada vez mais diversa, presente principalmente nos circuitos alternativos de festivais de cinema e, em alguns poucos casos, no circuito comercial das salas de exibição. Esses ínfimos resultados só foram possíveis graças à elaboração de políticas de inclusão que pensassem mais especificamente como alcançar esses indivíduos à margem da produção audiovisual. Editais brasileiros, voltados para o investimento na produção cinematográfica, passaram recentemente a estabelecer um número mínimo de projetos que tenham as regiões Norte e Nordeste do país como prioridade. Isto se dá devido à concentração de setores da indústria cinematográfica na região Sudeste.

A democratização do acesso aos meios de produção audiovisual no Brasil acabou influenciando diretamente no cotidiano das periferias, o que suscitou a apreensão da linguagem audiovisual para uma proposta de representação do que podemos chamar de lugar de origem.

A criação do Programa Nacional da Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva, em 2004, desenvolvido durante a gestão do então ministro Gilberto Gil, tinha como objetivo a criação e consolidação de Pontos de Cultura por todo o país:

Cada Ponto de Cultura vai ser um amplificador das expressões culturais da sua comunidade. Onde se faz (ou se quer fazer) música, haverá um estúdio de gravação digital, com capacidade para gravar, fazer uma pequena triagem de CDs e botar na internet o que foi gravado. Onde se faz (ou se quer fazer) vídeo, cinema ou televisão comunitária, haverá um estúdio de vídeo digital, com câmera, ilha de edição, microfones e mala de luz. E mais: dança, teatro, leitura, artes visuais, web, enfim, o que a comunidade quiser e puder, ousar e fazer, sonhar e materializar. (GIL, 2004)⁵

A partir principalmente da política voltada à criação de Pontos de Cultura, projetos de formação audiovisual passaram a nascer no coração das periferias com o objetivo de colaborar para uma apropriação da produção de imagens, com seus discursos e suas estéticas periféricas. A criação da ECOM, projeto desenvolvido pela Redes da Maré, utilizado como objeto de análise ao longo deste texto, é um exemplo dos resultados do Programa Cultura Viva, tendo nascido de um edital da iniciativa em 2013, nove anos após a sua criação.

No caso do trabalho na Maré, que me deu a oportunidade de estar na condição de autor deste texto a partir da experiência vivida na Redes da Maré, há exemplos anteriores à iniciativa da instituição com a criação da ECOM. Os projetos ESPOCC⁶ e Imagens do Povo⁷,

5 Entrevista concedida por Gilberto Gil em Berlin. (Fonte: www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/ministro-da-cultura-gilberto-gil-sobre-o-programa-nacional-da-educacao-e-cidadania-cultura-viva-durante-encontro-com-artistas-em-berlin-36714/10883 / Acesso em: 12 de setembro de 2018)

6 “A Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC) [criada pelo Observatório de Favelas] promove, em parceria com a UFRJ e patrocínio do Programa Desenvolvimento & Cidadania da Petrobras, o primeiro curso de Publicidade Afirmativa. Mais do que visar o lucro e o consumo, a Publicidade Afirmativa promove valores de sociabilidade, a cultura e o empreendedorismo comunitário e socioambiental. São 90 jovens de vários lugares do Rio de Janeiro, aprendendo, criando e trocando conhecimentos nas habilitações de Audiovisual e Cultura Digital. Um encontro que reúne comunicadores populares, universidades e profissionais de grandes agências”. (Fonte: <http://www.espocc.org.br/a-espocc> / Acesso em: 30/09/2018)

7 “Realizado pelo Observatório de Favelas, o Imagens do Povo é um centro de documentação, pesquisa, formação e inserção de fotógrafos populares no mercado de trabalho. Criado em 2004, o programa alia a técnica fotográfica às questões sociais, registrando o cotidiano das favelas através de uma percepção crítica, que leve em conta o respeito aos direitos humanos e à cultura local”. (Fonte: <http://www.imagensdopovo.org.br/apresentacao/> Acesso em: 30/09/2018)

desenvolvidos pelo Observatório de Favelas⁸, a Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu⁹, desenvolvida pela Agência de Redes para Juventude¹⁰ e o projeto Cinema Nosso¹¹ são ações pioneiras voltadas para o exercício da autorrepresentação por meio da produção de imagens no Rio de Janeiro.

A ECOM foi inteiramente influenciada pelo meu interesse no cinema documentário e pela necessidade de construir algo em coletivo. Idealizar o projeto, participar da captação de recursos para que este fosse viável, coordená-lo, produzir todo esse movimento em coletivo, junto aos moradores e aos meus colegas de instituição, me colocou em um território de compartilhamento, um espaço para a construção de um lugar que fosse comum a todos nós.

Por este motivo, lecionei na Maré para pessoas de diferentes faixas etárias e de diferentes lugares da cidade. Elas iam até lá com o desejo de viver a experiência da aula como um apanhado de trocas que nos abrigasse e que desse conta da complexidade que a metrópole exerce sobre nossos corpos. Uma *partilha do sensível*¹² (RANCIÈRE, 2005) que nos fizesse

8 “O Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. Buscamos afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na ressignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas”. (Fonte: <http://of.org.br/apresentacao> / Acesso em: 30/09/2018)

9 “A Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu é a primeira escola de audiovisual da Baixada Fluminense e funciona desde julho de 2006. Sua metodologia articula três conceitos — o corpo, a palavra e o território como elementos de expressão da imagem e do som através de ações artísticas dentro e fora da sala de aula. Seu conteúdo pedagógico aponta para o domínio das técnicas e para o encorajamento estético, no sentido de estimular a criação e a produção audiovisual. Este cenário de ações e de representatividade para o pensamento da educação por meio do Audiovisual é proveniente de um histórico de vivências, de estratégias, de catação, e de experimentação no território”. (Fonte: <http://escolalivredecinemani.com.br/sobre> / Acesso em: 30/09/2018)

10 “Em ação desde 2011, a Agência de Redes para Juventude é uma metodologia que potencializa jovens com idade entre 15 e 29 anos, moradores de favelas e periferias, a transformarem ideias em projetos de intervenção em seus territórios. Idealizada por Marcus Vinicius Faustini, a Agência não é um projeto social nem é um curso de capacitação profissional. É a possibilidade de criação de um novo espaço-tempo para os jovens que vivem em comunidades populares do Rio de Janeiro. É o estímulo para a invenção de um novo lugar na cidade, onde estes jovens sejam potentes, e não só representados como carentes. Onde eles sejam reconhecidos como sujeitos criadores, não só como objetos de ação social”. (Fonte: <http://agenciarj.org> / Acesso em: 30/09/2018)

11 “O Cinema Nosso é uma instituição sociocultural criada informalmente no ano de 2000 — então sob o nome Nós do Cinema —, a partir do processo de seleção de elenco para o filme “Cidade de Deus”, de Fernando Meirelles e Kátia Lund. Nesse momento, jovens lideranças que participaram das oficinas oferecidas pelos diretores decidiram promover o acesso de jovens das classes populares às ferramentas da produção audiovisual, por meio de aulas práticas e teóricas. O objetivo era produzir filmes com temas e estética próprias das classes populares e inserir os alunos no nicho de mercado do cinema”. (Fonte: <http://www.cinemanosso.org.br/site/historia-2> / Acesso em: 30/09/2018)

12 “Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha dos espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha”. (RANCIÈRE, 2005, p. 15)

idealizar o lugar comum de uma só cidade a partir da Maré: um território concebido por políticas, estéticas e afetos, que visava, principalmente, diluir ao máximo as fronteiras físicas e simbólicas ali existentes.

As impressões e os relatos, dentro e fora de sala de aula, nos levavam a um constante reencontro com as nossas trajetórias enquanto indivíduos. Neste aspecto, há o que chamo aqui *Narrativas Periféricas*, denominação que utilizo para conceituar essas possíveis partilhas do sensível nas vivências da ECOM e da Redes da Maré.

Nossos corpos e desejos vibravam com a Maré, território de onde produzíamos representações sobre nós mesmos e, conseqüentemente, sobre ele próprio. A produção artística, neste caso, concretizada pela realização de imagens em meio ao movimento do bonde des-governado da história em curso, formava um sistema de evidências sensíveis, fixando, ao mesmo tempo, um comum compartilhado e suas partes exclusivas (RANCIÈRE, 2005).

A criação da ECOM articulou diferentes ações nas favelas da Maré. Desde a realização de aulas de documentário, fotografia, montagem e edição, videoclipe, preparação de atores, até a articulação de cineclubismo, eventos e exposições em espaços públicos e fechados do território. Posso afirmar que a ECOM alcançou, direta ou indiretamente, em suas diversas ações ao longo de cinco anos em que estive vinculado ao projeto, todas as 16 favelas do território da Maré. Se os moradores das diferentes comunidades não puderam alcançar-nos ou mesmo não se engajaram para estar em sala de aula conosco, sua vizinhança de alguma forma foi impactada pelos eventos e atividades desenvolvidos pelo projeto.

A experiência do projeto de educação audiovisual na Redes da Maré nos fez compreender o caráter político do cinema na relação direta com indivíduos que carregam o desejo de escrever sua própria história. Este exercício de autorrepresentação resulta no entendimento dos espaços periféricos a partir de suas potências ao invés de suas carências. As margens, ou a “marginalidade” que emana delas, se tornou um novo lugar de poder. Stuart Hall afirma que qualquer pessoa que se importe com o que é criativamente emergente na arte contemporânea tem alguma relação com a linguagem das minorias:

De fato, a mais profunda revolução cultural desta parte do século XX surgiu como conseqüência da representação das minorias — na arte, na pintura, no cinema, na música, na literatura, na arte moderna em todos os lugares, na política e na vida social em geral. Nossas vidas foram transformadas pelas lutas das margens para entrar em representação — não apenas para serem representadas por um regime imperia-

lista dominante, mas para reivindicar alguma forma de representação a partir delas mesmas. Novos sujeitos, novos gêneros, novas etnias, novas regiões e novas comunidades — todas até então excluídas das principais formas de representação cultural, incapazes de se localizar a não ser como descentralizadas ou subalternas — emergiram e adquiriram, através da luta, às vezes de maneiras muito marginalizadas, os meios para falar por si mesmas pela primeira vez. E os discursos de poder em nossa sociedade, os discursos dos regimes dominantes, foram certamente ameaçados pelo empoderamento cultural descentralizado do marginal e do local. (HALL, 1996, p. 183, tradução nossa¹³)

A ECOM desenvolveu metodologias de representação da Maré através do ensino da produção audiovisual na favela ao longo dos últimos cinco anos. Durante este período, atuei na ECOM como autor do projeto, coordenador e educador. A possibilidade de representação das minorias por meio da produção de imagens me fez obstinado a investir na reflexão e no exercício da autorrepresentação como dispositivo para uma escrita da História, e mais além: o autorreconhecimento do indivíduo através do espaço que o compõe e, ao mesmo tempo, o modifica. A identidade em constante transformação, por meio do exercício da produção de imagens e da leitura dos símbolos que estas carregam, para que as impressões e estigmas sobre esses indivíduos marginalizados possam ser desconstruídos:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2006, p. 12).

A autorrepresentação propõe, então, uma jornada rumo à concepção de uma memória elaborada em constante construção. São inúmeros os projetos e iniciativas Brasil afora que investem na produção de um “cinema periférico”, ao elaborar uma representação “através de imagens urbanas pouco usuais e da opção estética pelo pequeno, pelo detalhe, pelo periférico”, construindo assim “uma representação alternativa, mais plena de nuances e mais complexa do mundo contemporâneo” (PRYSTHON, 2012, p. 13).

13 No original: “Indeed, the most profound cultural revolution in this part of the twentieth century has come about as a consequence of the margins coming into representation — in art, in painting, in film, in music, in literature, in the modern arts everywhere, in politics, and in social life generally. Our lives have been transformed by the struggle of the margins to come into representation — not just to be placed by a dominant, imperializing regime but to reclaim some of the representation for themselves.

Paradoxically, marginality has become a powerful space. It is a space of weak power, but it is a space of power, nonetheless. Anybody who cares for what is creatively emergent in the contemporary arts will find that it has something to do with the languages of the margin, and this trend is increasing. New subjects, new genders, new ethnicities, new regions, and new communities — all hitherto excluded from the major forms of cultural representation, unable to locate themselves except as decentered or subaltern — have emerged and have acquired through struggle, sometimes in very marginalized ways, the means to speak for themselves for the first time. And the discourses of power in our society, the discourses of the dominant regimes, have been certainly threatened by this decentered cultural empowerment of the marginal and the local”. (HALL, 1996, p. 183)

O cinema documentário se revela, cada vez mais, como um caminho seguro para experimentar a periferia e suas potencialidades, carregando consigo características narrativas híbridas e atuais, por meio do cruzamento com demais gêneros cinematográficos, ou mesmo desenvolvido na simplicidade da preciosa iniciativa do documentário de entrevista.

É com o alcance de formas alternativas de produção e difusão de conteúdo que a favela alcança ambientes externos a ela, se reafirmando e se reconhecendo dentro dela mesma. Seja por meio de uma infinidade de perfis e canais em redes sociais, ou mesmo através de um aprofundamento na teoria e práxis do audiovisual: do baile funk ao videoclipe de funk com milhares de visualizações por semana; da fotografia feita com o celular para exposições profissionais; do filme desenvolvido em projeto de formação para festivais de cinema. A urgência por representatividade encontra na produção audiovisual um lugar onde as ordens se invertem e o ator social se transforma em sujeito detentor do discurso.

Os últimos cinco anos de convulsão política no Brasil tornaram as imagens produzidas pela população uma ferramenta fundamental para a representatividade de grupos marginalizados. Esta apropriação é essencial para as minorias na mobilização das suas lutas e na denúncia das violações de direitos praticadas cotidianamente pelo Estado. A democratização do acesso aos meios de produção audiovisual resulta em imagens constantemente inspiradas por situações de insurgência.

É também no espaço da favela que o aparato do registro audiovisual pode ser encarado como algo ameaçador. A histórica ausência do Estado na garantia de segurança pública nas comunidades cariocas impõe uma complexa e delicada relação com o ato de filmar. A recusa aos equipamentos de filmagem e captação de som em locais públicos por parte dos grupos civis armados (traficantes de drogas) é também fruto da relação conflituosa entre interesses internos e a grande mídia, que faz uso constante de câmeras escondidas em diferentes locais da favela, além da recorrente veiculação de matérias tendenciosas e sensacionalistas sobre o território.

Nestes mesmos espaços, as escolas livres de cinema e de formação audiovisual buscam fôlego para propor arte e resistência. Pensar teoria e prática do audiovisual em direção a uma problematização do cotidiano, proporcionando uma reflexão aprofundada sobre as histórias e fatos que compõem o mesmo são alguns de seus objetivos. Há interesse constante

pelo uso de plataformas *online* como ferramentas dispostas a desconstruir estigmas e reinventar narrativas, impulsionando memórias e forjando encontros antes não imaginados. As organizações não governamentais buscam, através da elaboração de metodologias de autorrepresentação, desconstruir a representação estigmatizante de grupos minoritários difundida pela grande mídia:

A intensificação do uso dos meios audiovisuais provocou debates sobre identidade social e étnica de grupos minoritários, a ponto de os próprios “sujeitos da experiência”, o “outro” das produções documentais, engendram processos de constituição de auto-representações, geralmente em parceria com associações e organizações não-governamentais. (LINS; MESQUITA, 2008, p. 40)

O estudo aqui apresentado é um mergulho na experiência que foi fazer parte de uma instituição na favela da Maré construída pelos próprios moradores do território, a Redes da Maré. A chance de agregar o que havia acumulado na relação com a comunidade quilombola, na Bahia, caminhava a uma nova tentativa de contagiar pessoas de um lugar não menos complexo, com a sua própria ideia de ordem, com a sua identidade ainda mais fragmentada pela experiência da metrópole sudestina e de caráter periférico-cosmopolita que a Maré carrega em sua identidade “mareense”, em sua própria lógica de espaço comum:

Mareense, aquele que vive na Maré, é uma identidade articulada na era da globalização e que encontra refúgio na história de sua construção enquanto memória e resistência. E é na rua que os laços comunitários são fortalecidos, mesmo diante da constante tensão, tão característica da vida em comum. São os donos da rua que estabelecem uma rotina de encontros e desencontros, muitas vezes conflituosos, porque a rua é o espaço de disputa real e simbólica. E nessa disputa, o Estado se impõe com seu braço armado militarmente, e transforma o cotidiano das favelas em um eterno estado de exceção. (SOUZA, 2018, p. 45)

É no sentido de entender os percalços para a situação de violência aplicada pelas políticas de segurança pública ao território da Maré que este estudo explicita a ideia de um estado de exceção constante, implicado pelas fronteiras físicas e simbólicas que o Estado impõe como condição aos moradores de favelas. A partir de imagens produzidas pela Escola de Cinema Olhares da Maré (ECOM), projeto desenvolvido pela ONG Redes da Maré, além de testemunhos colhidos por meio de entrevistas com moradores da favela que vivem o cotidiano de frequentes violações de direitos, este texto pretende contribuir para uma compreensão do processo inconstitucional de militarização da vida ocorrido no Brasil como consequência da preparação do país para os eventos esportivos internacionais ocorridos em 2014 (Copa do Mundo FIFA) e 2016 (Jogos Olímpicos).

Objetivos

Por meio da análise de materiais desenvolvidos pela Escola de Cinema Olhares da Maré (ECOM), projeto de formação audiovisual desenvolvido pela ONG Redes da Maré, e de demais materiais elaborados pela instituição, este estudo pretende refletir a situação de violência vivenciada pelos moradores das favelas da Maré durante o período de 15 meses em que o território esteve ocupado pelas tropas do Exército Brasileiro, entre 5 de abril de 2014 e 30 de junho de 2015. Como elementos de análise do recorte temporal em questão, serão utilizadas fotografias e material audiovisual da ECOM. Entrevistas realizadas com integrantes do projeto explicarão, através de olhares internos, os acontecimentos que se desenrolaram antes, durante e após a permanência das tropas na Maré.

Os materiais produzidos serão estudados a partir de conceitos estabelecidos na metodologia do projeto ECOM, que tem como missão a autorrepresentação dos moradores da Maré. A intenção maior deste estudo é colaborar para a escrita de um momento histórico para a favela da Maré e para o Brasil, ao refletir as políticas de segurança pública aplicadas pelo Estado ao território.

Abordagem teórico-metodológica

Há muito se fala no processo de conquista do lugar de fala dos moradores de periferias quanto à possibilidade de representarem seus próprios cotidianos. Jovens e adultos que, na era do capitalismo cognitivo, através da democratização dos meios de produção de imagens e seu compartilhamento em plataformas digitais, vêm articulando uma potente fonte de informações sobre as periferias cariocas, como discorre Ivana Bentes em seu livro *Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas* (2015, p. 59):

Essa cultura das favelas e das periferias (música, teatro, dança, literatura, cinema), surge como um discurso político “fora de lugar” (não vem da universidade, não vem do Estado, não vem da mídia, não vem do partido político) e coloca em cena novos mediadores e produtores de cultura: *rappers*, *funkeiros*, *b-boys*, jovens atores, *performers*, favelados, desempregados, subempregados, produtores da chamada economia informal, grupos e discursos que vêm revitalizando os territórios da pobreza e reconfigurando a cena cultural urbana. Transitam pela cidade e ascendem à mídia de forma muitas vezes ambígua, podendo assumir esse lugar de um discurso político urgente e de renovação num capitalismo da informação. [...] Esse contexto de um capitalismo informacional, cognitivo, no qual o conhecimento é o produto, chega a todos os meios sociais e também na favela, mesmo que de forma desigual e assimétrica.

Os moradores de periferias, antes retratados de forma distanciada de sua realidade, têm se apropriado dos meios de produção de conteúdos para desconstruir estereótipos e reformular ideias, seja através da produção de vídeos, produção de textos ou discussão em tempo real em perfis no *Facebook* e grupos de *WhatsApp*.

Projetos de educação audiovisual têm exercido influência no exercício da subjetividade dos moradores das favelas do Rio de Janeiro. Estes partem de iniciativas de ONGs, coletivos e demais ações comunitárias que se voltam para a produção de imagens que promovam a difusão da cultura da favela. Os projetos trabalham desde a produção artística até o acolhimento de denúncias de violações de direitos cometidas pelo Estado em territórios periféricos da cidade, possibilitando assim uma realização audiovisual de caráter midiativista no seio da periferia.

A produção audiovisual da periferia é — apesar das dificuldades vivenciadas por este processo — uma aliada para a reflexão da atual situação de violência presente no cotidiano dos moradores das favelas cariocas. O crescente número do índice de violência nas favelas do Rio de Janeiro, fruto de uma política de segurança pública que não reconhece o morador de favela como cidadão portador de direitos fundamentais, implica diretamente na insurgência de imagens que midiaticizam as narrativas periféricas: testemunhos e retratos da luta diária por sobrevivência e reconhecimento do devido respeito.

Imagens insurgentes são aquelas que nascem do fervor das margens. Imagens que agregam ao produto final, política e esteticamente, um encontro com o belo ou com o absurdo. O reconhecimento de um lugar no mundo de afirmação cultural, mas também o encontro com um universo incidental, considerando as fronteiras físicas e simbólicas às quais seus autores estão submetidos. Imagens insurgentes emergem contra um poder estabelecido, são as imagens da disputa e em disputa:

Aquelas produzidas no ato mesmo de disputas políticas, como manifestações e protestos urbanos e rurais, conflituosas em sua maioria, nos quais aquele que filma, o documentarista, é também um manifestante. Ou seja, as imagens insurgentes nascem em caráter de urgência, e em meio a uma ação coletiva, fruto da reivindicação, resistência e embates frente a um cenário de insatisfação política gerado normalmente por forças majoritárias e conservadoras. [...] Nos últimos anos, o Brasil viveu uma série de conflitos políticos, manifestações urbanas e rurais de toda ordem, nas quais manifestantes, ativistas, militantes ou simplesmente cidadãos comuns se concentravam nas ruas ou em outros espaços em disputa, com objetivo de manifestar e lutar por seus direitos contra eventos, políticas públicas, leis e formas de poder opressoras e majoritárias. Além do confronto com um macro poder já instituído, o que une essas lutas por pautas comuns em contextos tão diversos (como mobilidade

urbana e direitos indígenas) e por pautas diferentes num mesmo contexto (como as jornadas de junho de 2013); o que nos parece importante destacar como atuação comum nessa complexidade de manifestações, ocupações e atos de resistência estaria em sua constituição acontecimental pela imagem. O que queremos dizer é que esses conflitos se instituem e se configuram também no terreno das imagens, são imagens insurgentes, na medida em que emergem contra um poder estabelecido, num cenário de disputa e possuem em sua dimensão performativa uma natureza acontecimental. (KIMO; VEIGA, 2017, p. 33)

A conceituação das imagens insurgentes é o ponto de partida para refletir os materiais audiovisuais realizados na Maré pela Escola de Cinema Olhares da Maré (ECOM). A intenção deste estudo é criar uma perspectiva interna da ocupação do Exército Brasileiro na Maré, incorporando imagens, relatos e demais materiais produzidos pelos moradores por considerar que suas experiências e testemunhos são essenciais para se contar a história recente do município do Rio de Janeiro e do Brasil.

Eu elaboro o conceito *Narrativas Periféricas* com base nas imagens e testemunhos produzidos por grupos marginalizados. Este conceito emerge das vivências e disputas travadas por movimentos sociais e lideranças comunitárias. Tais iniciativas contribuem para a transformação do contexto em que os sujeitos periféricos estão inseridos, ao propor diferentes estratégias para a superação das desigualdades nos territórios onde vivem.

A experiência da ECOM é um dos exemplos desse processo de tentativa de representação do cotidiano do morador de favela em meio ao desenrolar de diferentes situações vivenciadas pelos moradores do conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro. O projeto, iniciado em janeiro de 2014, é um dos possíveis relatos do exercício de autorrepresentação de moradores do território, ao elaborar imagens-testemunhos de um momento crucial para a história da favela, período que se deu entre a realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, em 2016.

Através da produção realizada pelo projeto de formação audiovisual na Maré, é possível partir para uma nova ótica da realidade vivenciada pelos moradores quanto às políticas aplicadas pelo Estado ao território. As imagens realizadas pelo projeto ECOM configuram uma verdadeira curva para a representação tendenciosa produzida pelos meios de comunicação hegemônicos. São imagens que informam e refletem presente e passado, considerando o ponto de vista de quem vive a história de dentro, no calor da hora e dos fatos narrados, elaborando, assim, uma memória coletiva baseada no exercício de autorrepresentação, como

observado por Anita Leandro em suas ideias sobre a apropriação da produção audiovisual por grupos minoritários (2014, p. 123):

Dizer que a apropriação da experiência vivida por meio das imagens interfere na aprendizagem e na elaboração de uma memória coletiva é quase uma tautologia. A compreensão do presente, o conhecimento do passado, a escrita da história, enfim, todos os atos de memória de que ainda somos capazes, passam, hoje, pelas imagens. No contexto histórico atual, a realização de materiais audiovisuais fora dos circuitos tradicionais de produção e de distribuição é uma atividade política e estética da maior importância, que envolve, no Brasil e no mundo, prisioneiros, índios, sem-terra, estudantes, trabalhadores, manifestantes, grevistas, imigrantes ilegais, vítimas de violência policial, enfim, diferentes pessoas e grupos inscritos em situações de urgência.

O trabalho desenvolvido pela Redes da Maré com a criação da ECOM, nos guia a uma periferia que se apropria dos meios de produção audiovisual para a elaboração de uma História da periferia. Os que antes podiam ser considerados “sem-imagem” (LEANDRO, 2014), passam a ocupar o espaço de porta-vozes de suas próprias experiências e anseios, tratando, então, a imagem, ou mesmo o próprio cinema, como instrumento de resistência. Temos, neste caso, a proposição de uma história da favela com imagens que insurgem de suas próprias ruas pelas mãos de seus próprios protagonistas: a favela do lado de dentro, produzida para dentro e para fora, alcançando diferentes espaços da cidade e exigindo ser reconhecida como o ponto de partida para se pensar o todo em torno dela.

Os caminhos da pesquisa

No primeiro capítulo, intitulado “Militarização da vida: a crise da democracia brasileira começa na favela”, está uma análise do contexto que compreende o período de ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro. Para isto, são elencados fatos ocorridos na comunidade ao longo dos últimos cinco anos, investigados na sua relação com a atuação da mídia, as políticas públicas aplicadas ao território e o trabalho da Redes da Maré na comunidade. Essas informações estão organizadas em seis subcapítulos: “Os meios de comunicação de massa como motor do estado de exceção”, “Quer intervenção militar? Vem pra favela!”, “Os testemunhos da Maré na escrita de uma outra história”, “Contextualização: a Redes da Maré e suas lutas pelo desenvolvimento local”, “ECOM e suas imagens insurgentes”, “À luz de novos olhares”.

No segundo capítulo, encontra-se uma análise da fotografia *Gol Olímpico*, realizada por Gabriela Lino, ex-aluna do projeto ECOM. Neste momento, a ocupação da Maré é colocada em relação com a imagem realizada pela moradora, que nos guia a uma compreensão do

contexto histórico em que a mesma foi produzida. O capítulo é composto por entrevista concedida pela autora da fotografia.

No terceiro capítulo, a análise do curta-metragem de documentário *Ocupação* (Diego Jesus, 2015) atravessa o contexto de militarização da Maré. As imagens do filme são uma intromissão na atmosfera da madrugada de incursão das tropas militares na comunidade. O capítulo é composto por entrevista concedida por Henrique Gomes, coprodutor do filme.

Nos anexos, encontram-se entrevistas realizadas com Fagner França (fotógrafo e professor da ECOM) e Eliana Sousa Silva (diretora e cofundadora da Redes da Maré). As entrevistas aprofundam questões trabalhadas ao longo do texto através das narrativas de indivíduos que se constituíram na Maré e integram ações voltadas para o desenvolvimento da comunidade.

CAPÍTULO 1

MILITARIZAÇÃO DA VIDA: A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA COMEÇA NA FAVELA



Figura 3: Tropas do Exército Brasileiro fazem rondas na Maré | Autora: Gabriela Lino (ECOM, 2015)

Em 5 de abril de 2014, as favelas da Maré foram ocupadas pelo Exército Brasileiro. A ocupação se baseava na política apresentada pelo governo como “pacificação” da comunidade, medida esta já experimentada pela implementação de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) em outras favelas do Rio de Janeiro.

A atuação dos militares — comandada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e chamada de Operação São Francisco — foi regulada por uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO), expedida pela Presidência da República. Esta medida concedeu poder de polícia às tropas em uma área de cerca de 10km², autorizando os militares a fazer patrulhamentos, revistas, vistorias e prisões em flagrante. Dando prosseguimento aos estudos e análises que realiza sobre a questão da Segurança Pública e do direito à vida, com o propósito de orientar as ações e campanhas que empreende junto às comunidades e contribuir para a formulação de uma política pública de segurança que respeite e garanta os direitos dos moradores dos espaços populares, a Redes da Maré se dedicou a acompanhar e avaliar o impacto da referida ocupação no cotidiano dos habitantes. (SILVA, 2017, p. 14)

A Maré tem em seu território a atuação de quatro Grupos Criminosos Armados: Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando (TC), Amigos dos Amigos (ADA) e a Milícia. A presença desses grupos implica diretamente na vida dos moradores ao limitar o seu direito de ir e vir devido aos constantes conflitos armados, além de comprometer diretamente o funcionamento dos serviços públicos locais.

Segundo Eliana Sousa Silva, “além de dificultarem a livre circulação em toda a região da Maré, os conflitos e as tensões derivadas do processo de ‘guerra às drogas’ criam constrangimentos para que os moradores possam se manifestar de forma pública sobre as violações que sofrem ou assistem” (2017, p. 16). No caso da incursão realizada pelo exército em

2014, era evidente que aquele movimento acontecia para a preparação do território para a realização dos eventos esportivos internacionais que ocorreram na cidade em 2014 e 2016.

A Copa do Mundo FIFA começaria dali a exatos dois meses, o que mobilizou o poder público para a atuação na Maré, no intuito de minimizar os estigmas de periculosidade devido aos altos índices de violência no município do Rio de Janeiro, escolhido, também, como cidade-sede das Olimpíadas de 2016. Em dados, segundo pesquisa realizada pela Redes da Maré sobre o período de ocupação, foram cerca de 3,3 mil militares em atuação no território, o que corresponde a uma média de 42 militares para cada morador, considerando que a Maré tem atualmente uma população em torno de 140 mil pessoas, distribuídas em aproximadamente 45 mil domicílios.

A pesquisa realizada pela Redes da Maré revela que 63% dentre os 1.000 moradores da Maré entrevistados tiveram suas casas invadidas durante a ocupação do exército. 41% viveram fortes intimidações e agressões verbais. 21% dos moradores afirmam terem sido agredidos fisicamente ao longo dos 15 meses de ocupação devido às ações dos militares na comunidade.

A ocupação da Maré não cumpriu a promessa de implementação de uma UPP na favela, sequer foi eficiente a ponto de diminuir os índices de violência após a saída do exército. Como veremos mais adiante, a partir da fala de moradores da Maré entrevistados para esta pesquisa, a ocupação militar acabou por “embaralhar” e complexificar a relação do tráfico com o território.

Em apenas dez meses após a saída dos militares da comunidade, ocorreram 36 operações policiais na Maré, o que indica uma média de três operações policiais por mês. Essa frequência de operações e a forma como elas são conduzidas afetam drasticamente o cotidiano na comunidade. Além de cerceada a liberdade de ir e vir, vidas são colocadas em risco em meio às operações, que começam e terminam sem que haja qualquer tipo de comunicação entre a Secretaria de Segurança Pública e os moradores sobre os dias em que as incursões se dão e os motivos que levam às mesmas. As operações policiais geralmente acontecem justamente nos horários em que os moradores estão saindo de suas casas pela manhã a caminho do trabalho ou da escola, ou ao fim do dia, quando retornam às suas casas.

Dados levantados por profissionais da Redes da Maré que atuam no eixo Segurança pública revelam que, entre julho de 2015 e maio de 2016, ocorreram 36 incursões policiais na Maré: três foram coordenadas pelas Forças Armadas, seis pela Polícia Civil, 22 pela Polícia Militar e cinco delas não se conseguiu saber de quem era a responsabilidade. Um exemplo do impacto delas no cotidiano refere-se ao fechamento das escolas: dados da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, Órgão da Secretaria Municipal de Educação (SME), mostram que, entre julho de 2015 e maio de 2016, as escolas municipais da região tiveram 23 dias de aulas suspensas em decorrência dos conflitos entre polícia e integrantes de GCAs na Maré. (SILVA, 2017, p. 62)

Segundo dados do Eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré¹⁴, ocorreram 41 operações policiais na Maré em 2017, acontecendo em média uma operação policial a cada nove dias. Naquele ano, a política de “guerra às drogas” aplicada pelo Estado ao território teve como resultado 42 mortos e 57 feridos. O *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*¹⁵ revela que naquele período morreu uma pessoa a cada nove dias em decorrência dos confrontos armados na comunidade. Além disso, foram registrados 35 dias em que as escolas estiveram fechadas e 45 dias com atividades suspensas nos Postos de Saúde por conta das operações policiais.

Ainda de acordo com dados da Redes da Maré, a ocupação militar no território custou aos cofres públicos R\$ 1,6 milhão diariamente, somando cerca de mais de 600 milhões de reais em 15 meses de permanência no território. O investimento feito pelo governo em projetos sociais nas favelas da Maré soma 303,6 milhões a cada seis anos, metade do valor investido em 15 meses da política de “guerra às drogas”.

Entre as vítimas de homicídio em 2017, 90% delas eram do sexo masculino e 78% tinham entre 15 e 29 anos de idade. O mais alarmante para refletirmos sobre o absurdo estado de exceção em que se encontram as favelas do Rio de Janeiro, é o tom da pele de quem mais

14 “O objetivo do Eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes de Desenvolvimento da Maré é que todos os moradores das 16 comunidades da Maré percebam e reivindicuem a Segurança Pública e o acesso à Justiça enquanto direito. De forma articulada, seus projetos buscam diariamente a ampliação dos direitos dos moradores da Maré, que, ao viverem numa favela sofrem, historicamente, diferentes formas de violações de direitos fundamentais. As ações visam superar o paradigma vigente na política de Segurança Pública, caracterizado pelo enfrentamento bélico da criminalidade, sob a justificativa de combate e repressão a grupos civis armados que comercializam drogas ilícitas. O objetivo é que esta realidade seja modificada com a mobilização dos próprios moradores e com parcerias tanto com instituições e órgãos governamentais, como não governamentais”. (Fonte: <http://redesdamare.org.br/eixoseprojetos/segurancapublica/> Acesso em 30/10/2018)

15 “O Boletim Direito à Segurança Pública na Maré é uma iniciativa da Organização Não Governamental Redes da Maré, por meio de um dos seus eixos de trabalho, denominado Segurança Pública e Acesso à Justiça. O Boletim deriva do registro dos acontecimentos decorrentes dos confrontos entre os grupos armados e, destes, com os agentes de Segurança pública nas 16 favelas que compõem a Maré, um conjunto territorial da cidade do Rio de Janeiro onde residem cerca de 140 mil pessoas”. (Fonte: http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2018/02/BoletimSegPublica_02_2017.pdf Acesso em: 05/11/2018)

morre como resultado da política de extermínio financiada pelo Governo Federal: das 42 vítimas de homicídio na Maré em 2017, 37 delas eram pretas ou pardas.

1.1 Os meios de comunicação de massa como motor do estado de exceção

Em tempos de uma guinada da política ultraconservadora em diferentes partes do planeta, violações dos direitos de populações em situação de vulnerabilidade vêm se tornando constantemente elaboradas dentro dos limites da permissibilidade. Baseados em interesses escusos, governantes tendem a justificar e naturalizar situações de violências e abusos, encobrindo-as com uma falsa ideia de legitimidade ao introduzi-las em políticas de extermínio, perseguições e uma série de violações dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Como apresentado por Giorgio Agamben, o estado de exceção não é uma ditadura, mas um estado vazio de direitos, incluindo no direito o estado de exceção por meio de sua suspensão (AGAMBEN, 2004). De acordo com ideias do filósofo, esse tipo de estado pode ser decretado em períodos de crises políticas, guerras, insurreições e resistências.

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente — e de fato já transformou de modo muito perceptível — a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção, apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo. (AGAMBEN, 2004, pag. 13)

No Brasil, de tempos em tempos, quando alcançado o mínimo de ascensão da classe trabalhadora a direitos fundamentais, a ofensiva liberalista se apresenta e inicia uma restituição do poder a qualquer custo, por uma via outra a do voto direto, mas apresentada dentro dos parâmetros republicanos. Desde 2016, assistimos a uma série de medidas aplicadas por um governo golpista, aliado aos interesses do capital financeiro e pautado em políticas que desconsideram a inclusão da população mais pobre.

Há sinais de medidas com tais características em fatos como a política imigratória espanhola e francesa, que tem recusado receber refugiados africanos em seus territórios. A França propôs sanções financeiras a demais países europeus incentivando-os a não aceitarem refugiados que atravessam o Mar Mediterrâneo em busca de uma vida digna, em decorrência de guerras e da situação de miséria em seus países de origem.

Temos a controversa e perversa política anti-imigratória de Donald Trump, nos Estados Unidos, que até julho de 2018 chegou a separar cerca de 3 mil filhos de seus pais nas fronteiras do país com o México, instaurando um verdadeiro “campo de concentração” de crianças oriundas de diferentes países da América Latina, ao aprisioná-las em “jaulas” enquanto enviam seus pais — estrangeiros que tentavam cruzar ilegalmente a fronteira norte-americana — para penitenciárias.

No Brasil, em meio a uma crise política sem precedentes, os exemplos são absurdos e dissimulados: a condenação de 23 participantes das manifestações ocorridas em 2013 e 2014, no Rio de Janeiro, configurando um tiro certo na garantia ao direito constitucional à liberdade de expressão e de livre manifestação da população. O golpe parlamentar de 2016, com a queda da presidente Dilma Rousseff, fruto de um pedido de impeachment financiado e encorajado por partidos opositores e por parte da mídia brasileira. A prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, condenado em segunda instância a 12 anos de prisão após enfrentar o desenrolar de um processo que — na falta de provas concretas — foi movido a “convicções” por parte de seus algozes. As eleições presidenciais de 2018 no Brasil foram tomadas por uma atmosfera de fraude, onde a prisão inconstitucional de um candidato com a maioria esmagadora das intenções de voto expõe como nunca antes o definhamento das instituições brasileiras.

Precisamos sempre lembrar de Rafael Braga, preso arbitrariamente por carregar desinfetante e água sanitária em sua mochila durante as manifestações de junho de 2013, no Rio. Ao deter o jovem de 29 anos, a polícia argumentou que o material seria usado para a fabricação de coquetéis *motolov*. Já na prisão, Rafael chegou a ser punido com dez dias de solitária após difundir em rede social uma fotografia onde criticava o Estado pelas violações de direitos às quais está sujeita a população preta e pobre no país.

Operações policiais criminosas, onde helicópteros da polícia atiram em direção a civis sem qualquer pudor, têm estabelecido situações de verdadeiro terror nas favelas do Rio de Janeiro. Em junho de 2018, sete pessoas foram assassinadas durante uma operação policial na Maré. Uma delas foi o jovem de 14 anos Marcos Vinícius da Silva, que ia para a escola quando foi atingido por um tiro de fuzil.

1.2 Quer intervenção militar? Vem pra favela!

Apesar de todo o brilhantismo da escola de samba carioca Paraíso do Tuiuti, que entrou na avenida para denunciar o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, com um presidente-vampiro em seu carro abre-alas acenando e cantando o samba-enredo *Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?*, o noticiário televisivo da quarta-feira de cinzas, em 14 de fevereiro de 2018, criava uma versão apocalíptica da absurda situação de calamidade pública na segurança dos cariocas de classe-média. As reportagens dos telejornais da Rede Globo, desde a hora do almoço, se voltavam para os arrastões nas praias e nas ruas de Copacabana e Ipanema. No *Jornal Hoje*¹⁶, as matérias iam de assaltantes de idosos na Zona Sul a imagens de homens embriagados depredando o patrimônio público ao utilizá-lo como mictório destemidamente. Na grande mídia, o editorial da quarta-feira de cinzas optou por noticiar o carnaval na favela mostrando integrantes de uma facção criminosa fantasiados de bate-bolas e mascarados. Em imagens veiculadas pelo jornal vespertino, o grupo criminoso armado, filmado por câmeras de celulares, substituía fogos de artifício por metralhadoras e fuzis mirados para o alto. Era o show singular da pirotecnia carnavalesca que só as favelas cariocas podiam oferecer!

Sob a administração do prefeito Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, que viajava pela Europa naquele momento, o “cartão postal do Brasil” aparecia atravancado em um engarrafamento quilométrico apresentado pelo telejornal: a Avenida Brasil, uma das vias mais importantes da cidade, congestionada por uma chuva que causara sérios alagamentos. Era um trágico fim para o carnaval carioca, e o céu chorava o fim da folia, que era também o fim do Rio, descendo bueiro abaixo com urina, lama e purpurina.

A mídia noticiava a versão carnavalesca de um apocalipse zumbi, instaurado pela falta de segurança nos bairros ricos da cidade e pela “falta de educação” de turistas e locais que faziam uso dos espaços públicos como sanitários a céu aberto. Aquele era o momento para que os grandes meios de comunicação, aliados ao Governo Federal e governo do Rio de Janeiro, legitimassem e agregassem ares de consequência inevitável à intervenção federal na política de segurança pública do estado, iniciada em 16 de fevereiro de 2018.

16 Edição do dia 14 de fevereiro de 2018. (Fonte: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/edicoes/2018/02/14.html#!v/6501920> / Acesso em: 15 de agosto de 2018)

1.3 Os testemunhos da Maré na escrita de uma outra história

Para se contar a história recente da Maré, deve-se considerar a luta travada pelos moradores da favela em prol do reconhecimento e garantia dos seus direitos mais básicos. Desta forma, é imprescindível recorrer à história de Eliana Sousa Silva, diretora e cofundadora da ONG Redes da Maré. Eliana, migrante nordestina, deixou o estado da Paraíba aos sete anos de idade com seus pais e irmãos nos anos 1960. Fugindo da seca que assolava profundamente o sertão nordestino, a família de Eliana partiu para o Rio de Janeiro na esperança de melhores condições de vida.

Ao chegar no Rio de Janeiro, a família de Eliana faz morada na área que hoje compreende o conjunto de favelas da Maré. Àquela altura, a Maré ainda não era considerada um bairro oficialmente, sendo habitada principalmente por pessoas expulsas de suas casas em territórios desapropriados pelo governo durante o processo de urbanização movido pela especulação imobiliária local, o que simboliza parte do projeto gentrificador que sempre ditou a geografia urbana carioca. Também nessas áreas, não por acaso, fizeram morada migrantes nordestinos que chegaram à cidade em circunstâncias semelhantes à vivida por Eliana e sua família. Essas pessoas, oriundas do Rio e migrantes que buscavam trabalho e moradia, passaram a residir naquela área por meio de ocupações. Sem acesso a saneamento básico e desassistidas socialmente em diversos aspectos, geralmente viviam em barracos de madeira ou palafitas às margens da Baía de Guanabara.

Aos 22 anos, Eliana se tornou a primeira mulher presidente de uma associação de moradores naquela área da cidade. A sua iniciativa no cargo foi formar um grupo de mulheres representantes das famílias ali residentes para cobrar do poder público políticas voltadas à melhoria de vida da população. Como resultado dessa luta liderada pelas mulheres, o projeto garantiu a construção de um conjunto habitacional com o aporte financeiro da Caixa Econômica Federal, destinado à compra de materiais de construção necessários à realização das obras. O conjunto habitacional, construído de forma coletiva, com mão de obra dos próprios moradores, levou parte da população a habitar pequenas moradias batizadas como *duplex*, e baseadas em um modelo holandês de habitação popular que, inclusive, inspirou o nome da primeira das 16 comunidades que hoje compreendem o conjunto de favelas da Maré, a Nova Holanda.

A luta de Eliana Sousa Silva pelo desenvolvimento da sua comunidade deu origem, também, à implementação de um curso pré-vestibular na favela. Eliana acreditava que só com a garantia de acesso da população à educação básica e superior, um real desenvolvimento da Maré seria possível. Aluna do curso de Letras da UFRJ, Eliana tinha consciência de que era uma das poucas pessoas do seu bairro a ingressar na universidade. O curso pré-vestibular criado pelos moradores da comunidade e de outras partes da cidade aumentou significativamente o número de moradores da Maré em universidades públicas e privadas do país.

Uma questão preliminar na investigação proposta era entender como o conhecimento e a experiência, decorrentes de minha caminhada social e dos meus estudos, poderiam contribuir na produção de novas percepções e abordagens sobre o espaço social das favelas e sua população. Isso porque, havia tempos, chamava-me a atenção a escassez de trabalhos acadêmicos sobre o fenômeno em pauta que fossem realizados por pessoas com trajetórias semelhantes à minha. (SILVA, 2015, p. 27)

Eliana Sousa Silva tem uma trajetória de conquistas singulares se considerarmos as adversidades impostas às experiências de uma mulher favelada. Além da cocriação da ONG Redes da Maré, é doutora em Serviço Social pela PUC-Rio e conquistou recentemente o título de Doutora Honoris Causa pela Queen Mary University of London, além de ter assumido como titular da Cátedra Olavo Setúbal de Arte na Universidade de São Paulo, em 2018. Em 2012, Eliana Sousa Silva lançou *Testemunhos da Maré*, seu primeiro livro, fruto de sua tese de doutorado, no qual discorre sobre as políticas de segurança pública nas favelas do Rio de Janeiro. Sua metodologia de análise mescla os pontos de vista de moradores, traficantes, policiais e representantes do poder público.

A trajetória de Eliana Sousa Silva é um exemplo da autorrepresentação elaborada por moradores de periferias — neste caso, das chamadas “zonas de risco” da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Eliana representa, dentro e fora da academia, os anseios e reivindicações da Maré como alguém que tem conhecimento de causa daquela realidade por ter se constituído social e culturalmente naquele espaço. Portanto, na trajetória de Eliana Sousa Silva, identifico aspectos centrais para o que chamo neste estudo de *Narrativas Periféricas*.

As reflexões e materiais desenvolvidos sobre as periferias no contexto dos movimentos sociais, articulados institucionalmente ou não, propõem uma maior problematização para a histórica isenção do Estado em relação à garantia de desenvolvimento sociocultural desses espaços, sinalizando para a proposição ou reavaliação de políticas públicas voltadas para a

população das favelas. Jailson de Souza e Silva¹⁷ argumenta que os territórios populares devem ser considerados, antes de tudo, como territórios constituintes da cidade (2012, p. 4):

De fato, a construção da história das favelas se insere no âmbito de uma disputa política sobre o sentido dos territórios populares e suas inserções na cidade. O que predomina na forma de interpretação e descrição dos territórios favelados é um paradigma centrado na “inadequação” desses espaços à cidade, sua condição de *problema urbano* acima de tudo e, em função disso, o exercício de políticas públicas e práticas sociais dissonantes das consideradas *normais* para o conjunto da cidade. As favelas, todavia, podem ser pensadas sob outras perspectivas. Nesse caso, cabe considerar, em primeiro lugar, sua condição de território constituinte da cidade. A afirmação de que a ‘favela é cidade’ implica reconhecer seu direito de existir, de ser vista como um espaço central para a construção da identidade urbana carioca, dentre outras, e o direito de seus moradores de terem acesso a políticas públicas de qualidade, que superem os precários indicadores urbanos que, em geral, as caracterizam. Com efeito, é central a compreensão de que a defesa do espaço da favela como espaço de moradia, passa pela busca de sua permanente qualificação urbana, pela oferta de equipamentos e serviços de qualidade e pela melhoria efetiva das condições de vida cotidiana dos seus moradores. (grifo do autor)

O livro *Testemunhos da Maré*, de Eliana Sousa Silva, é um testemunho em primeira pessoa que toma como ponto de partida o assassinato do garoto de três anos de idade Renan da Costa Ribeiro. Em 1 de outubro de 2006, o garoto Renan foi atingido por um dos tiros disparados pela polícia nos arredores de uma zona eleitoral na Maré. Aquele acontecimento, presenciado por Eliana, motivou o objeto de pesquisa da sua tese de doutorado, intitulada *O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas*:

Um fato que não merecia maior destaque nos balanços da imprensa tornou-se essencial para mim, pois desencadeou outro processo de enxergar a realidade e me permitiu perceber como eu poderia contribuir para a construção de outra forma de atuação da polícia nas favelas, bem como me fez repensar sobre os efeitos da intervenção que vem sendo impressa, de tempos em tempos, na área de segurança pública para essas localidades. [...] Já passava de meio-dia e meia quando surgiram, de modo abrupto, na rua principal de Nova Holanda, duas viaturas tipo “Blazer” da polícia militar, mais conhecidas como “camburões”. Apesar de não haver qualquer sinal de problemas no local, as viaturas passam velozmente, atirando a esmo e cantando os pneus. As pessoas estavam reunidas na rua: algumas conversando, como era o meu caso, outras jogando baralho ou fazendo churrasco na porta de casa naquele domingo de eleição. Todos se assustaram e correram para buscar abrigo nas casas ou comércios mais próximos. Consegui me abrigar numa farmácia e, de lá, assisti a uma cena dramática: uma criança de 3 anos de idade, agarrada à mão da avó, foi atingida na barriga por uma bala justamente no momento em que os policiais passaram atirando sem olhar para o que havia na frente. (SILVA, 2015, págs. 16-17)

17 Criou a ONG Observatório de Favelas, onde esteve como diretor por 17 anos. Autor do livro *Por que uns e não outros?*, fruto da sua tese de doutorado em Sociologia da Educação na PUC-Rio, sobre as trajetórias de estudantes da Maré para a universidade. É cofundador e diretor do Instituto Maria e João Aleixo (IMJA).

A trajetória de Eliana Sousa Silva nos leva à experiência de Gabriela Lino¹⁸. Moradora da Maré desde sempre, aos 19 anos Gabriela Lino ingressa na UERJ para cursar Serviço Social — ela é mais uma das centenas de alunos matriculados no CPV¹⁹ anualmente. As trajetórias de Gabriela Lino e Eliana Sousa Silva se cruzam para articular os acontecimentos históricos sob perspectivas internas.

A Redes da Maré realiza diferentes ações no território com seus eixos estruturantes articulados estrategicamente para promover o desenvolvimento local e produzir conhecimento sobre os territórios populares, mais especificamente sobre as comunidades da Maré. Esse cruzamento de informações e linguagens orquestra uma autorrepresentação que expõe, em grande parte dos materiais desenvolvidos pela instituição, as consequências da política de segurança pública no cotidiano da população da Maré.



Figura 4: Capa do livro *A ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: Percepção de Moradores Sobre a Ocupação das Forças Armadas na Maré* | Fotografia da capa: Gabriela Lino (ECOM, 2015)

18 É moradora da Maré. Estudante de Serviço Social na UERJ. Integra a equipe de “tecedores” da Redes da Maré. Foi aluna da ECOM, onde participou de oficinas de audiovisual. Realizou a fotografia *Gol Olímpico* aos 16 anos de idade durante uma aula do Curso de Fotografia da ECOM, em 2014.

19 O projeto Curso Pré-Vestibular (CPV) é um patrimônio consolidado dos moradores da Maré, tendo contribuído para a entrada de mais de mil pessoas na universidade, sobretudo nas públicas, desde 1998, quando iniciou suas atividades. É o pilar inicial e símbolo do projeto estruturante da Redes da Maré na região.

Em 2017, a fotografia *Gol Olímpico*, de Gabriela Lino, é publicada na capa do novo livro de Eliana Sousa Silva, *A ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: Percepção de Moradores Sobre a Ocupação das Forças Armadas na Maré*, baseado em pesquisa que analisou a presença das Forças Armadas na Maré. A proposta do livro é produzir informações sobre as ações do Exército Brasileiro e seus impactos durante e após o período de ocupação.

O livro de Eliana Sousa Silva integra relatos de moradores e resultados de pesquisas realizadas por projetos institucionais que nos guiam a um novo entendimento dos acontecimentos na Maré durante o período de ocupação. Além disso, a fotografia de Gabriela Lino ilustra exemplarmente a experiência visual e social do cotidiano da Maré ao longo daqueles 15 meses. A representação da favela, neste caso, é construída por esses novos protagonistas da cidade, que surgem da própria favela para escrever a história que lhes cabem, não mais dependendo de uma iniciativa ou tecnologia externa para isto. Esses novos sujeitos do discurso estão ali para questionar, propor e denunciar. As memórias e imagens passam a coexistir no imaginário da população não apenas a partir do aparato intelectual e midiático “estrangeiro”, como também da iniciativa dos intelectuais, comunicadores, artistas, articuladores culturais e/ou representantes de toda ordem das próprias comunidades, configurando, assim, a tomada da palavra dos novos sujeitos do discurso.

As imagens da cobertura de conflitos e embates nas favelas cariocas na mídia tradicional e a produção dessas imagens por novos sujeitos do discurso apontam para uma relação possível entre o estado de exceção e as imagens de “exceção” e para novas formas de controle produzidas pela experiência audiovisual e sensorial, acarretando estados globais de insegurança. (BENTES, 2015, p. 125)

Eliana e Gabriela se cruzam na história da Maré em diferentes momentos de suas vidas, mas se compõem em conjunto como personagens e agentes da História. A relação entre a fotografia e o livro, suas autoras e o espaço de origem que ambas compartilham, engendra o lugar de devir periférico elaborado no fervor das margens da sociedade em direção a uma nova perspectiva de entendimento e de representação do mundo (BENTES, 2015).

A disputa conceitual, neste caso, é produzida no ativismo cotidiano dos moradores da Maré pela elaboração das suas próprias narrativas e pelo reconhecimento dos seus direitos. Os fatos históricos são apresentados com o objetivo de produzir conhecimento crítico sobre a favela — conhecimento este negligenciado pelo Estado —, e ao mesmo tempo se utilizar dos mais sofisticados meios de produção e reprodução disponíveis, sejam eles imagens, textos jornalísticos e/ou acadêmicos, estatísticas, entre outros. Esse conjunto de ações locais e in-

formações reafirma a favela como espaço constituinte da cidade e questiona de forma concreta o projeto genocida de segurança pública financiado pelo Estado brasileiro nesses territórios, além de promover proposições para a melhoria de vida da população da Maré em diferentes aspectos.

1.4 Contextualização: a Redes da Maré e suas lutas pelo desenvolvimento local

A Redes da Maré, fundada em 2007 por moradores da Maré, é uma organização da sociedade civil voltada para o desenvolvimento do conjunto de favelas da Maré, território composto por 16 comunidades, são elas: Conjunto Esperança, Vila do João, Conjunto Pinheiros, Vila do Pinheiro, Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Parque Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Salsa e Merengue, Parque União, Roquete Pinto, Praia de Ramos e Marcílio Dias.

O Conjunto de Favelas da Maré, localizado na Zona Norte do município do Rio de Janeiro, tem uma população com cerca de 140 mil pessoas. Com sede na favela Nova Holanda, a Redes da Maré realiza projetos em cinco diferentes eixos temáticos: Educação, Arte e Cultura, Desenvolvimento Territorial, Segurança Pública (Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça) e Comunicação (Identidade, Memória e Comunicação).

A criação da Redes de Desenvolvimento da Maré materializou um longo processo de ações, pesquisas e reflexões desenvolvidas nas comunidades da Maré. Essas iniciativas foram realizadas por um grupo de pessoas que atuaram historicamente em suas organizações de outros espaços da cidade. A trajetória social e profissional desse coletivo é caracterizada pela atuação nos campos da Educação, Cultura e Arte, Segurança Pública, Comunicação e Desenvolvimento Territorial em diferentes espaços populares. Assim, o foco central da ação da instituição é realizar projetos dedicados a interferir na trajetória pessoal e coletiva dos moradores dos espaços populares do Rio de Janeiro, em especial a Maré. A Redes da Maré nasceu com a missão de pensar o espaço da Maré em uma perspectiva de longo prazo e em escala global. Seu eixo conceitual é o Desenvolvimento Integrado do espaço local. Ele se materializa na compreensão de que os cidadãos, de formas múltiplas, constituem instituições locais e redes de variadas ordens, com níveis diferenciados de vinculação ao campo da cidadania. As instituições locais aqui consideradas são formas vivas de articulação dos atores locais, podendo ser formais ou não e envolvendo todos os tipos de ação coletiva. Logo, a construção de projetos que impactam a realidade da Maré passa necessariamente pelo fortalecimento das redes formadas ao longo dos últimos anos e pela construção de outras. Essas mediações estruturantes criam as condições devidas para a formação de agentes e estruturas sociais capazes de interferir na lógica da Maré e, no processo, na organização da cidade. (BELFORD; DINIZ; RIBEIRO, 2012, p. 7-8)

As ações da Redes da Maré, dentre inúmeros resultados para o desenvolvimento local, implicam na potencialização da escrita de uma nova perspectiva sobre a favela, resultando em

uma reformulação da produção acadêmica voltada a essa temática. Tais perspectivas possibilitadas pela produção de reflexões internas ajudam a desconstruir a ideia de que a favela não é ou não faz parte da cidade. Por este motivo, a Redes da Maré investe em ações que interligam diferentes temáticas a partir de uma lógica de rede para dar conta das consequências da isenção do Estado no investimento em políticas públicas no território.

1.5 ECOM e suas imagens insurgentes

Criado pela instituição Redes da Maré em 2014, o projeto ECOM é um espaço para o exercício de diferentes segmentos artísticos que envolvem produção e exibição audiovisual. Com turmas que trabalham o estudo e a prática do cinema documentário, produção de videoclipes, realização de curtas-metragens, cursos de preparação de atores e edição, a ECOM une moradores da Maré e de demais áreas da cidade contagiados pelo desejo de se experimentar artisticamente por meio do cinema. A missão da ECOM é reafirmar o ambiente da Maré como espaço de potência para a prática da autorrepresentação, buscando consolidar a democratização do acesso à produção audiovisual em espaços populares.

As turmas da ECOM têm formação semestral, envolvendo em sua metodologia diferentes ações no território da Maré, como exibições de filmes em seu Cineclubes Itinerante; o desenvolvimento do projeto Filma Maré, voltado para a produção de projetos de curta-metragem; a realização do Ocupação Maré Brasil, evento com mostras de curtas-metragens desenvolvidos pelo projeto; exposições fotográficas, entre outras. A nossa missão é reafirmar o ambiente da Maré como espaço de potência para a prática da autorrepresentação, buscando consolidar a democratização do acesso à produção audiovisual em espaços populares:

A ECOM é um dos projetos de Arte e Cultura e busca ser uma referência no campo da experimentação, da pesquisa e da vivência com o audiovisual. O projeto estimula, de maneira direta, que os participantes expressem, através da produção da imagem e do cinema, a forma como se relacionam e representam seus mundos. A ECOM estimula a reflexão sobre aspectos da vida cotidiana, dos contextos políticos atuais e das subjetividades trazidas pelo ato de registrar e de se autorrepresentar. (SILVA, 2016, p. 8)

A proposta de projeto estruturante de cinema dentro do conjunto de favelas da Maré surge da intenção de dar voz aos moradores através da produção audiovisual, ao refinar seus olhares para a cidade onde vivem. A estratégia de desenvolvimento dos cursos livres da ECOM leva o projeto a alcançar públicos de diferentes territórios, além de impulsionar o

movimento já iniciado de tentativa de democratização do acesso à exibição, produção e reflexão do audiovisual na Maré. O projeto intenta possibilitar o envolvimento de seus alunos em diferentes temáticas com grande importância para o desenvolvimento local, garantindo a visibilidade de causas sociais e o desenvolvimento do potencial artístico de moradores das áreas com baixo acesso a projetos de educação e cultura.

A favela presente na produção da ECOM compreende uma possível narrativa para a análise da atual conjuntura em que vivem os moradores da Maré e de demais favelas do Rio de Janeiro: o estado de exceção ao qual estão submetidos os moradores das favelas e bairros periféricos cariocas. Na contramão dos noticiários de TV, alunos e equipe do projeto puderam realizar o registro de uma reflexão interna como realizadores, produtores e articuladores de diferentes iniciativas e materiais desenvolvidos no território. As imagens nos guiam a uma outra percepção da história, como imagens inevitáveis de uma guerra particular, determinada pelas fronteiras físicas e simbólicas implicadas pelas políticas segregatórias aplicadas pelos governos federal e estadual ao território da Maré.

Desta forma, podemos considerar que as imagens produzidas pelos meios de comunicação de massa, munidas por interesses hegemônicos e partidários, tendem a subtrair os reais motivos que levam ao estado de violência ao qual estão submetidos os moradores da Maré. A possibilidade do exercício de autorrepresentação leva o morador a produzir o que não está à disposição do profissional da comunicação subserviente às necessidades de formulação da opinião pública distante da real violação de direitos dos moradores de favelas.

A produção audiovisual de autorrepresentação dentro dos territórios populares está a serviço, também, da escrita de uma história negada pelo poder público no que se refere aos verdadeiros resultados das operações policiais dentro das favelas cariocas. Portanto, o exercício de autorrepresentação leva os moradores desses espaços a refletirem sobre a situação de violência em que vivem e compreenderem mais profundamente, entre outras coisas, a necessidade de terem respeitados os seus direitos como cidadãos.

1.6 À luz de novos olhares

Era noite e uma chuva com trovoadas tomou conta do Rio de Janeiro. Na Redes da Maré, eu esperava pelos primeiros alunos da ECOM, projeto que eu idealizara poucos meses antes daquele momento.

Cerca de 15 pessoas compareceram à nossa primeira aula. Sentamos em torno de uma grande mesa. Moradores de diferentes comunidades da Maré e moradores de outras áreas da cidade, quase todos estranhos uns aos outros. O início da aula de documentário foi marcado pela interrupção da leitura do planejamento para os próximos seis meses de curso após o barulho vibrante de um dos trovões que acompanhavam aquela tempestade. Neste momento, a luz de todo o galpão onde estávamos e de parte da Nova Holanda se foi. Como tantas outras vezes durante as aulas, a queda de energia elétrica nos fez ainda mais próximos.

Por cima do barulho da chuva, surpreendidos, nos dedicamos a reinventar o planejado. Foi desta forma que a premissa do filme documentário se fez ainda mais urgente e explícita: aceitar o que nos é oferecido pelo riscos do acaso que a nossa realidade produz. Encontramos uns aos outros e nos iluminamos com os olhares que elaboramos naquela escuridão.

Em meio ao breu quase que completo, fez-se a luz da descoberta do outro. Em uma dinâmica de apresentação, o desafio era que cada um de nós se colocasse como pertencente a um espaço da cidade que não o nosso lugar de origem: “escolham um novo lugar de fala e discorram como se pertencessem a ele”, provoquei.

E mesmo sem podermos enxergar completamente os rostos uns dos outros, mesmo ainda molhados pela chuva que enfrentamos para chegar até ali, a nossa tentativa de nos mostrar foi personificada pelo desejo de nos multiplicarmos no mundo através dos nossos olhares, por meio da projeção de um juízo possível sobre nós mesmos, sobre o lugar de onde viemos, para além das fronteiras que este nos impõe.

As fronteiras se fizeram ainda mais presentes para logo depois serem dissolvidas com o decorrer da experiência. Tantos foram os relatos para que a ECOM fosse constantemente desconstruída em seus primeiros passos, no objetivo maior de que algo próprio da Maré ganhasse corpo. Uma tentativa constante de investir fôlego para uma integração honesta, onde

éramos todos, antes de qualquer coisa, meros aprendizes do encontro. Este é um movimento ininterrupto.

Cinco anos mais tarde, através deste texto, apresento os calos e prazeres de uma experiência que nos transforma enquanto ativistas, agentes culturais, educadores, alunos e espectadores desta missão: a democratização da produção de imagens e o seu potencial para uma reflexão do presente e prospecção do futuro. A invenção de um mundo onde os corpos marginalizados são parte da elaboração de narrativas. O mundo que acabamos de começar a construir.

CAPÍTULO 2

GOL OLÍMPICO



Figura 5: *Gol Olímpico* | Autora: Gabriela Lino (ECOM, 2015)

Dentre as centenas de fotografias produzidas por jovens e adultos moradores do conjunto de favelas da Maré desde a criação da ECOM, a apresentada acima chama atenção para questões que estão nas entrelinhas de um recorte político do mundo construído por meio do fazer cinematográfico e da produção fotográfica. O sentido da imagem em questão, intitulada *Gol Olímpico*, está dissolvido na proposição de elaboração, através da produção audiovisual, da memória histórica e cultural dos moradores da Maré. *Gol Olímpico* é o resultado de um passeio pela favela durante uma aula prática de fotografia realizada em uma tarde qualquer no ano de 2015.

Para entender a imagem em questão, se faz necessário partir, inicialmente, de uma breve reflexão sobre o contexto que a cerca. A ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro, em abril de 2014, aconteceu com a intenção de preparar a cidade do Rio de Janeiro para a realiza-

ção de eventos esportivos como a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. As tropas permaneceram na Maré até o fim de junho de 2015, e o investimento total para que isso ocorresse foi superior a R\$ 600 milhões. A ocupação da Maré tinha como objetivo preparar a comunidade para a implementação de uma UPP na região, o que, após a retirada das tropas, nunca ocorreu.

As favelas do município do Rio de Janeiro jamais contaram com políticas coerentes de segurança pública, além de vivenciarem cotidianamente as mazelas do sucateamento de demais serviços públicos, como saúde e educação. É histórica a ausência do Estado na garantia de direitos básicos aos moradores de territórios de favelas. E quando as políticas públicas são desenvolvidas, desconsideram as especificidades desses espaços.

A implementação das UPPs, iniciada em 2008 com a unidade do morro Santa Marta, não resolveu, a curto ou a longo prazo, os problemas enfrentados pelos moradores em relação à falta de liberdade de ir e vir, decorrente dos constantes conflitos entre policiais e grupos civis armados. Em diversas favelas, as cotidianas operações policiais, além de não conterem a influência do tráfico de drogas, influenciam diretamente no cotidiano das populações, acarretando a morte de inocentes e violando incessantemente os direitos dos moradores.

Por estar localizada entre duas importantes vias de acesso ao aeroporto internacional do Rio, a Maré esteve no alvo das medidas implementadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro na tentativa de conter cerca de quatro facções criminosas responsáveis pelo tráfico de drogas no território durante o momento que antecedeu a Copa do Mundo FIFA de 2014. A fotografia de Gabriela Lino é produzida neste contexto.

Influenciada pela iniciativa de um curso de formação livre em cinema e audiovisual, Gabriela Lino e dezenas de outros jovens e adultos moradores da Maré realizaram um mergulho no cotidiano da comunidade. O desafio era propor temáticas semanais, levando os alunos a diferentes localidades da Maré. As atividades tinham como objetivo desenvolver uma representação do lugar de origem a partir das perspectivas e olhares dos próprios moradores.

Ao realizar a fotografia *Gol Olímpico*, Gabriela Lino eterniza, por meio da relação entre o corpo da criança que joga futebol em sua rua e da presença altamente repressora do tanque de guerra que cruza a cena, o teor de banalização de grande parte dos moradores da favela em relação às violentas ações do Estado em suas comunidades. O registro realizado

pela lente da câmera de Gabriela Lino narrativiza uma imagem que se divide entre a poesia da relação do corpo de um garoto e sua bola de futebol, e a presença de um tanque de guerra que representa um país em constante declínio de suas perspectivas de inclusão social e respeito aos direitos humanos. Um país onde o direito à cidadania tem endereço, classe social e cor de pele. Um país com cidades divididas, onde a maior parte da população é impedida de exercer a cidadania em sua plenitude.

2.1 Anacronismo da autorrepresentação: os tempos da imagem

Gol Olímpico vai em direção a uma nova possibilidade de escrita da história da Maré e da cidade do Rio de Janeiro. O exercício de autorrepresentação possibilitado pelo projeto de formação audiovisual leva a adolescente a produzir um olhar singular sobre seu cotidiano. Tendo as ideias de anacronismo das imagens como ponto de partida para uma leitura da fotografia, o ato da fotógrafa indica uma imagem em constante construção, em uma investida de reconfiguração do presente e do passado, o tornando “pensável” durante o processo de construção da memória do seu lugar de origem, como discorre Didi-Huberman em seus pensamentos sobre as imagens e o tempo:

Diante de uma imagem — por mais antiga que seja —, o presente nunca cessa de se reconfigurar, se a despossessão do olhar não tiver cedido completamente o lugar ao hábito pretensioso de “especialista”. Diante de uma imagem — por mais recente e contemporânea que seja —, da mesma forma o passado não cessa de se reconfigurar, visto que essa imagem só se torna pensável numa construção da memória, se não for da obsessão. Diante de uma imagem, enfim, temos que reconhecer humildemente isto: que ela provavelmente nos sobreviverá, somos diante dela o elemento de passagem, e ela é, diante de nós, o elemento do futuro, o elemento da duração [*durée*]. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 16)

A fotografia *Gol Olímpico* se desenha como momento histórico em meio ao cruzamento entre presente e passado em diferentes circunstâncias. A imagem nos remete não somente à atual situação de violência em que se encontram os moradores de favelas e periferias do Brasil atualmente, como também a um emaranhado de acontecimentos históricos, uma extraordinária montagem de tempos heterogêneos formando anacronismos (DIDI-HUBERMAN, 2015).

Neste sentido, o anacronismo presente em *Gol Olímpico* implica sobre todos nós uma leitura da atual situação da sociedade brasileira, onde a violência enfrentada por moradores de periferias pode em algum momento parecer uma realidade perdida entre um passado ditatorial

e o presente de uma democracia esvaziada, principalmente para aqueles que o Estado não considera cidadãos detentores de direitos. Estes são alguns dos aspectos que porventura nos distanciem enquanto sociedade do potencial de estabelecer uma real indignação em relação aos abusos cometidos pela política de “guerra às drogas” aos territórios de favelas.

Gol Olímpico traz um garoto negro que representa numa só imagem toda a população da Maré, mas ele não alcança este feito sozinho. Para que esta paisagem de um corpo multiplicado em 140 mil corpos aconteça, a fotografia tem a presença de coadjuvantes que quebram a continuidade natural do “cenário” da favela, ou da própria ideia de cidade — a presença ameaçadora de soldados, suas armas e um tanque de guerra. É nesse conflito de elementos entre o primeiro e o segundo plano da fotografia que o reconhecimento da identidade de Gabriela Lino é acionado. Este aspecto expõe, então, a violência como condição do convívio social cotidiano, em muitos casos internalizada e naturalizada pelos moradores da Maré, de acordo com as palavras de Gabriela Lino:

Já se passaram quatro anos, mas a fotografia [Gol Olímpico] é extremamente atual para mim. Eu fiz essa fotografia com 16 anos. Aqui na Maré, a gente aprende com as experiências a ter esse olhar e a lidar com a real situação: de um lado vai estar a polícia, e do outro o tráfico. O olhar está pronto. Para mim, essa situação [de violência] não é normal, mas a gente vai naturalizando ela aos poucos. Desde pequena, eu via as invasões [operações policiais]. Lembro das vezes que entraram na minha casa, eu ainda era muito criança. Lembro muito claramente de uma vez que isso aconteceu: eu tive uma crise e comecei a chorar, a lembrança ainda é muito forte para mim. Eu era muito nova e ainda lembro, porque eu senti muito medo e chorava bastante. Por isso tudo que nós acabamos desenvolvendo esse olhar.²⁰

Didi-Huberman acredita em uma composição da história em sua relação com a imagem. As imagens enquanto algo composto por história e, como consequência, anacronismo. Neste caso, o anacronismo está na dobra exata da relação entre imagem e história, ou seja: a suspensão da história, a desconstrução dos modelos de sua historicidade. Mas como pensar a fotografia em questão como uma possível desconstrução desses modelos criticados por Didi-Huberman? Proponho estudarmos *Gol Olímpico* como objeto de uma história pensada para além do “tempo das datas”. Partindo da análise da fotografia, podemos ler a imagem como a escrita de uma história anacrônica, fruto de um encontro entre tempos, onde estes se fundem plasticamente uns nos outros, bifurcam ou se confundem uns com os outros (HUBERMAN, 2015).

20 LINO, Gabriela. Moradora da Maré, entrevista concedida em setembro de 2018. Graduanda do curso de Serviço Social da UERJ. Integra a equipe da Redes da Maré.

Esse encontro de tempos presente na fotografia *Gol Olímpico* pode ser identificado no cruzamento de diferentes momentos da história do país: o presente, o passado e a prospecção para o futuro. O presente é caracterizado pelo momento da imagem em si, que registra uma micro-história de um lugar de fala conquistado pela adolescente favelada que segura a câmera em frente a um acontecimento corriqueiro em sua comunidade, marcado pelo estado de exceção em que vive a população da Maré.

O passado está em como a imagem nos remete diretamente ao período ditatorial no Brasil, onde o estado de exceção era munido de legitimidade, e suas ações de perseguição e extermínio dos cidadãos contrários às normas impostas à população não chegavam a uma honesta escrita da história. A história da ditadura militar no Brasil (1964-1985) é marcada por forte censura sobre investidas de meios de comunicação e expressão alternativos, como também pelo tendencioso editorial da grande mídia da época, que apoiou o Golpe Militar de 1964 e colaborou com uma escrita da história que o promoveu, silenciando por décadas aqueles que denunciaram suas atrocidades.

A prospecção para o futuro está presente na imagem no sentido de vislumbrarmos a bifurcação composta pela heterogeneidade dos tempos históricos. Gabriela Lino colabora, com a sua imagem, para uma nova perspectiva de escrita da sua história, mediada pelo anacronismo presente na mesma. O futuro, neste caso, depende do seu ato de reescrita. No ato de registrar seu cotidiano por meio da produção fotográfica, a fotógrafa subverte as regras impostas por um sistema que a estigmatiza e aprisiona. Ela escreve uma nova interpretação de um presente que está na macro-história do país e, além disso, propõe a interpretação de um futuro que é intrínseco à sua relação com o seu lugar de origem.

A memória não está em nós, somos nós que nos movemos numa memória-Ser, numa memória-mundo. Em suma, o passado aparece como a forma mais geral de um já-aí, de uma preexistência em geral, que nossas lembranças supõem, até mesmo a primeira, se uma houvesse, e que nossas percepções, até mesmo a primeira, utilizam. Desse ponto de vista, o próprio presente não existe a não ser como um passado infinitamente contraído que se constitui na ponta extrema do já-aí. O presente não passaria sem esta condição. Não passaria, se não fosse o grau mais contraído do passado. (DELEUZE, 2005, p. 122)

Gol Olímpico surge de duas imagens-tempo possíveis, uma fundada no passado, outra no presente. A memória apreendida pela imagem da fotógrafa colabora na escrita da história de uma multidão por tanto tempo silenciada. O “já-aí” da história dialoga com um presente em constante construção, se apresentando como coautor no recorte de mundo realizado por

Gabriela Lino. Há um passado indissociável à fotografia em questão, tornando a sua leitura um acumulado de experiências desconexas (DELEUZE, 2005).

Gol Olímpico instiga a elaboração da memória para uma construção da ideia de pertencimento e de nação. Onde esta imagem existe e quando? Qual relação esta imagem estabelece com o mundo nela representado? A alteridade acionada pela imagem está em um tempo buscado na experiência do corpo com o mundo que o cerca. Os sentidos da imagem estão expressos nas palavras e sentimentos de sua própria autora:

Todos nós da Maré estamos ali juntos com o menino na foto, jogando bola normalmente como se nada estivesse acontecendo. Esse garoto representa, na foto, todos os moradores da Maré. A vida está acontecendo e a violência está acontecendo em torno dela. É uma violência que nós sofremos cotidianamente, não apenas quando temos operações policiais. É sempre o mesmo desamparo que nós sofremos desde sempre. Todas essas questões envolvem essa foto, mas principalmente a falta de segurança pública e os demais direitos aos quais não temos acesso. Com o tempo, eu passei a ter ideia dessa violência. Só o fato de me incomodar já sinalizava para mim, quando pequena, que essa situação não era natural. A gente cresce sem muita esperança, sabe? A gente perde muito a esperança quanto a isso. O fato de agora eu estar fazendo uma faculdade de Serviço Social, eu já me vejo tentando essa mudança, de não permitir que isso seja visto como natural, porque não é. Me ajuda a repensar e multiplicar essa ideia para outras pessoas e dizer que isso não é natural e que a gente precisa mudar isso. O menino não pode jogar bola com um tanque de guerra passando atrás dele. As pessoas precisam olhar para essa foto e sentir angústia, o mesmo que eu sinto quando olho a foto. Aqui na Maré, a gente naturaliza bastante. Se eu mostrar essa foto para qualquer pessoa daqui da Maré, ela vai dizer que a foto é bonita, que é normal. A gente viveu uma guerra naquela época. A entrada do exército não mudou em nada. Não tínhamos o direito de ir e vir, eles não respeitavam os moradores. A gente ainda tem receio de entrarem novamente porque foi péssimo enquanto eles estavam. E depois eles saíram e tudo voltou a ser como era antes, nada mudou. Ou seja, eles entraram aqui, fizeram o que fizeram, deixaram as pessoas com medo, receosas, acabaram com os direitos das pessoas e ao mesmo tempo não mudaram nada. Deixaram o problema aí fora.²¹

A fotografia de Gabriela Lino retrata a decadência de uma nação que encontra nos meios de opressão das comunidades periféricas o caminho para a resolução de questões históricas, como as equivocadas políticas de segurança pública pensadas para a diminuição dos índices de criminalidade. *Gol Olímpico* representa um dentre diversos exemplos atuais de democratização da produção de imagens e discursos, possibilitados pela criação de projetos sociais pensados para a inserção dos moradores de territórios de periferias na elaboração de conteúdos que articulam o exercício da subjetividade sob a égide da ideia de pertencimento. O prenúncio de uma contracultura da periferia que reivindica o direito ao lugar de fala e ao devido e reconhecido espaço para a autoria de sua própria história.

Os efeitos proporcionados por tal transformação podem ser encontrados na fotografia em questão como um passo em direção à subversão da lógica preconcebida de uma escrita da história. O prenúncio de uma contracultura da periferia que reivindica o direito ao lugar de fala e ao devido e reconhecido espaço para a autoria de sua própria história, exercitando assim o ato de tomada da palavra:

Expressar o “grito”, como escreveu Jacques Rancière, tanto quanto tomar posse da palavra são modos de desestabilizar a partilha do sensível e produzir um deslocamento dos desejos e constituir o sujeito político multidão. Trata-se de política como comoção, catarse, mas também negociação e mediação. Pela importância das mídias on-line, mídias livres e midiativistas nesse grito desestabilizador, elas são decisivas na constituição de outras estéticas, do fluxo e do ao vivo, que se apropriam das figuras de linguagem do próprio cinema, da televisão e das redes sociais. (BENTES, 2015, p. 21)

A descentralização da produção audiovisual no mundo contemporâneo possibilita a construção do que podemos considerar “novos sujeitos do discurso”. Como analisado por Ivana Bentes, o espaço urbano é lugar de criação para uma “Mídia-Multidão”, produtora de conteúdos diversos, “formada por singularidades que não podem mais ser representadas de forma tradicional e que começam a atuar de forma comum ou em projetos e ações partilhadas” (BENTES, 2015).

Projetos como a ECOM são exemplos da revolução contemporânea possibilitada pela descentralização dos meios de produção audiovisual. O sujeito político “multidão”, neste caso, está representado por indivíduos que se tornam protagonistas de suas próprias histórias ao questionar as representações impostas por interesses corporativos.

A produção de uma informação consciente sobre os territórios populares só será possível quando as minorias alcançarem um processo de tomada da palavra que as coloque no centro, garantindo a elas o direito de serem porta-vozes de si mesmas. É neste fenômeno que projetos de autorrepresentação investem, e é por meio dele que as experiências e conquistas cotidianas poderão ser gravadas na história com coerência e dignidade.

Michel Foucault sinaliza para a urgência da subversão das regras sociais por meio do entendimento de um devir da humanidade como uma série de interpretações. Como afirma o autor, a história será “efetiva” na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser (FOUCAULT, 1979). Desta forma, a fotografia de Gabriela Lino encontra na descontinuidade da história o seu real sentido: a multiplicação dos corpos proposta por Foucault,

assim como a heterogeneidade dos tempos, como exposto nos pensamentos de Didi-Huberman.

Em sua crítica à noção de origem, Didi-Huberman argumenta, a partir de Walter Benjamin, que esta não constitui “a gênese das coisas”, mas um encontro entre a novidade e a repetição, a sobrevivência e a ruptura. É desta repetição e ruptura que a história das imagens se configura, antes de mais nada, como anacronismo. A imagem produzida por Gabriela Lino se faz à luz do anacronismo para dar conta da complexidade de uma história que tem início na fotografia e segue caminho para interpretações diversas, abertas às demais histórias que cercam o contexto em que a mesma foi produzida (HUBERMAN, 2015).

As duas perspectivas das imagens-tempo estão presentes em *Gol Olímpico* como um quadro que apresenta uma nação inteira em, também, duas perspectivas: em primeiro plano, o clichê “país do futebol” e sua eterna investida poética, representada pela presença de um garoto negro favelado que guia sua bola em direção a algum lugar perto dali. Em segundo plano, o violento e vergonhoso contraste com a poesia inicial da imagem, com fuzis mirados em direção ao garoto e uma das possíveis representações da identidade nacional brasileira, o futebol. É neste ponto que identificamos uma faceta que sempre nos perseguirá: resquícios de ditadura e altas doses de um Brasil movido a ódio de classe.

A complexidade do tempo é percebida na imagem quanto a uma possibilidade de contar a história da Maré a partir da mesma. Uma nova história da favela que considere as experiências daqueles que vivenciam cotidianamente os desafios de viver em um ambiente com problemas históricos ocasionados pela ausência do Estado na aplicação de políticas públicas ao território. É fundamental, neste caso, uma leitura da história que considere a distinção entre os diferentes pontos de vista para as questões apresentadas. *Gol Olímpico* representa uma possível iconologia da história das favelas cariocas, agrupando em si signos que se cruzam por meio de uma profunda reflexão das representações que constrói. A fotografia apresenta narrativas diversas oriundas de diferentes períodos.

Temos que tratar de acontecimentos de tipos e de níveis diferentes, tomados em tramas históricas distintas; uma homogeneidade enunciativa que se instaura não implica de modo algum que, de agora em diante e por décadas ou séculos, os homens vão dizer e pensar a mesma coisa; não implica tampouco, a definição, explícita ou não, de um certo número de princípios de que todo o resto resultaria como consequência. As homogeneidades (e heterogeneidades) enunciativas se entrecruzam com continuidades (e mudanças) linguísticas, com identidades (e diferenças) lógicas, sem que umas e outras caminhem no mesmo ritmo ou se dominem necessariamente. En-

tretanto deve existir entre elas um certo número de relações e interdependências cujo domínio, sem dúvida muito completo deverá ser inventariado. (FOUCAULT, 2009, p. 167)

Foucault critica a ideia de um ponto de partida absoluto para a interpretação da história. A reflexão do autor investe em desconstruir as lógicas preconcebidas de contar a história. Segundo Foucault, a liberdade para uma escrita da história, a partir do que o mesmo chama “genealogia”, está em um “começo histórico das coisas” que não considere a “origem” como uma identidade preservada e munida de uma verdade absoluta imposta pelas classes dominantes. O autor considera que o conceito de “origem” deve ser encontrado na discórdia das coisas, no disparate (FOUCAULT, 2009).

No caso da fotografia *Gol Olímpico*, essa “discórdia das coisas” pode ser encontrada na relação estabelecida entre a adolescente e seu ato fotográfico na composição de um lugar de fala e, ao mesmo tempo, na sua relação com a escrita da história da sua cidade, na relação direta do seu corpo e das sensações estabelecidas neste contato específico. Desta forma, a cidade, para Gabriela Lino, é ressignificada após a produção da fotografia, que eterniza tanto o momento histórico em que a imagem foi realizada quanto a sua relação com aquele espaço físico. A fotografia é, então, o cruzamento do corpo com o mundo, e das sensações provenientes do contato com o mesmo.

Em *Gol Olímpico*, o discurso que soa mais alto não está na imagem em si, mas no ator social que a produz. Gabriela Lino é atravessada pelo corpo de um vizinho e, conseqüentemente, atravessa a história do seu espaço de origem com o seu ato e o seu lugar de fala, concedido por um projeto social e pelo seu desejo de ser protagonista do processo de escrita da representação de sua própria história. Ambos com armas miradas para si, Gabriela e o garoto, juntos, simbolizam a resistência da favela em torno de soldados que representam os verdadeiros ideais da nação do alto de um tanque de guerra.

Eu poderia usar essa fotografia em todos os discursos que eu quiser construir para falar sobre a Maré porque ela retrata muito bem tudo o que a gente vive aqui. Mesmo não tendo mais o exército aqui, ela retrata a Maré. Como eu disse, aquele menino tem uma relação com a história de todos os moradores da Maré. Eu queria muito encontrar aquele menino para mostrar a foto para ele, mas a Maré é muito grande e é difícil encontrá-lo e entregar a foto. Isso pode ser um objeto de pesquisa para mim no futuro, quem sabe. Eu fiquei muito surpresa quando retornei da aula e vi que tinha tirado essa foto. Eu me vi numa linha entre a satisfação de ter tirado uma foto como essa e ao mesmo tempo a angústia de ver tamanha violência em uma imagem só.²²

Jean-Louis Comolli, em sua reflexão sobre o ato de registrar o espaço da cidade, argumenta sobre a “cinegenia” que resulta do registro dos espaços urbanos, transformando-os em territórios a serem exaltados e dando aos mesmos o constante aspecto de sua “versão filmada”. A cidade filmada, segundo Comolli, passa a substituir toda “cidade real”, se tornando uma espécie de “real de toda cidade”:

Sem dúvida, filmar as cidades significa conhecer seus mistérios. A cidade que o cinema nos faz conhecer é ficção mais que espetáculo, ela é mais próxima da cidade do romancista que daquela do urbanista, do arquiteto, do sociólogo ou do político: a ferramenta muda as cartas do jogo. O cinema não filma o mundo, mas o altera em uma representação que o desloca. (COMOLLI, 2008, p. 179)

Há um deslocamento de representações revelado na fotografia *Gol Olímpico* quando vemos a cidade do Rio de Janeiro representada por um recorte espaço-temporal que a distancia da constante paisagem paradisíaca que a apresenta mundo afora. A cidade elaborada pela fotografia de Gabriela Lino traz consigo o obrigatório cruzamento de narrativas heterogêneas: o imaginário do cartão postal da Zona Sul em contraste com a realidade de territórios de favelas que, na grande parte das vezes, fazem fronteiras com os bairros ricos da cidade.

Os caminhos da democratização dos meios de produção audiovisual levam Gabriela Lino a vivenciar aquele momento de forma política. O processo desencadeia uma reflexão da fotógrafa sobre si mesma, levando-a a repensar a sua identidade e o espaço onde vive após realizar uma imagem produzida em um contexto de violência. Gabriela dá vida a uma imagem que os meios de comunicação hegemônicos jamais produziriam. Isto acontece não simplesmente pela impossibilidade de acesso ao interior da comunidade portando uma câmera fotográfica, mas pelo interesse de manutenção da histórica difusão de uma representação marginalizante dos moradores de favelas e periferias por parte da grande mídia.

A fotografia de Gabriela Lino é um ato de resistência e de afirmação. A profundidade dos signos apresentados, postos em relação, tem início na autoetnografia da garota de 16 anos, que muito antes de produzir esta imagem, ao longo de sua infância e adolescência, já tentava entender os caminhos que levaram a sua comunidade ao cotidiano de operações policiais financiadas pelo Estado para matar a população moradora das favelas do Rio de Janeiro. Um Estado que segue insistindo numa política falida de “guerra às drogas” e que tem como resultado, por exemplo, a crescente abreviação de vidas de crianças em ambiente escolar.

O momento de registro da fotografia demarca, inclusive, a relação da fotógrafa com o ambiente hostil em que está inserida. O ato de fotografar é permeado pela tentativa de escrita da história em direta relação com quem a reprime. Ao inscrever na imagem a denúncia às violações de direitos em que está inserida, como apresentado por Comolli, Gabriela Lino também estabelece relação com o seu próprio “inimigo” para que tal narrativa venha à tona por meio do registro fotográfico:

A palavra “negacionismo” já foi cunhada por outras razões, mas observo que ela remete ao mesmo sistema de denegação. Revirar os enunciados, apagar os vestígios, virtualizar a memória. Diante disso, para não renunciar ao combate, seria preciso manter a ideia de uma resistência intrínseca (ontológica) do cinema à progressão atual dos revisionismos. Ao mesmo tempo que a duplicidade, o cinema fabrica o vestígio que registra essa duplicidade. Contra as mídias de massa que fazem circular um princípio de reversibilidade geral e substituem nossas dúvidas por uma dúvida objetiva e generalizada, um equívoco instituído, favorecendo, na verdade, todas as revisões, o cinema se obstina em registrar o que ele produz e provoca. (COMOLLI, 2008, p. 128)

A população das favelas do Rio de Janeiro vem produzindo imagens cotidianas que tornam evidente que a crise democrática brasileira tem seu ponto de partida nas ruas dos territórios periféricos. A política genocida em curso no Brasil tem sinalizado para medidas que intentam desumanizar as minorias e perseguir aqueles que dedicam suas vidas à luta pela redução das desigualdades. O Estado brasileiro, em certos momentos, ao praticar violência contra a população, pode escapar das leis, mas nunca se livrará dos rastros levados e deixados pelas imagens.

Eu estava conversando com a Thaís, minha amiga e parceira de trabalho aqui na Redes da Maré. Estávamos falando que quando somos moradores de favela e entramos na universidade, alguns conhecidos nossos veem como uma realidade muito distante, e nos colocam em um pedestal só por termos entrado em uma universidade pública. Eles te acham super inteligente. Quando eu vou onde eu morava, no Timbau, todo mundo acha que eu sou muito inteligente, que eu vivo estudando apenas pelo fato de eu ter entrado numa universidade pública. É uma realidade muito distante para eles. É raro encontrar alguém na família que tenha alcançado isso. Nesta geração, na geração anterior, é raro. Eu estou feliz com a decisão de ter entrado no curso de Serviço Social da UERJ, tenho certeza que tudo isso colaborou. O fato de eu ter participado da ECOM e de ter me engajado em outros projetos da Redes da Maré, de ter feito essa fotografia. Várias coisas influenciaram nessa minha decisão porque eu não quero permitir que essa situação seja vista como normal.²³

CAPÍTULO 3

FAVELA, ATIVISMO, REALIZAÇÃO: CINEMA DE DENÚNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

5 de abril de 2014. Às 5h da manhã, as Forças Armadas do Brasil realizaram uma incursão na Maré. Da Rua Sargento Silva Nunes, podia-se ver tanques de guerra adentrarem a favela Nova Holanda, uma das 16 comunidades que formam o conjunto de favelas da Maré. Na varanda do primeiro andar do prédio da Redes da Maré, a minha câmera trêmula registra o momento em que um tanque de guerra perpassa as ruas estreitas e silenciosas ao fim da madrugada na favela.

Deste acontecimento nasce o curta-metragem *Ocupação*²⁴ (Diego Jesus, 2015). O documentário, que é montado a partir das oito primeiras horas de incursão do Exército Brasileiro na comunidade, acontece em um percurso por diferentes lugares da favela ao longo da madrugada que antecede a entrada das tropas militares e da manhã na qual estas consolidam a sua permanência no território.

Henrique Gomes era coprodutor do meu filme e dirigia o nosso carro pelas ruas da Maré ao longo da madrugada. Henrique, que sempre viveu na Maré, tem um histórico de lutas pelo reconhecimento dos seus direitos, como também pela constante afirmação da favela como parte constituinte da cidade. Aquele trajeto pela Maré foi possível devido à interferência de Henrique e da sua disposição para guiar-me com a câmera favela adentro poucas horas antes da entrada do exército, que estava marcada para o fim da madrugada. Aquela noite de sábado estava longe de ser mais um fim de semana comum para os moradores da Maré, que apesar da promessa de chegada das tropas e pela sua permanência ao longo da Avenida Brasil horas antes da incursão, não desprogramaram o habitual comportamento festivo e comercial de alta circulação na favela.

24 *Ocupação* é um curta-metragem de documentário dirigido por Diego Jesus e desenvolvido pelo projeto ECOM. O documentário foi filmado no Rio de Janeiro, em 5 de abril de 2014, quando o Exército Brasileiro ocupou a Maré. O filme se passa nas ruas da favela durante a noite da incursão militar. O curta-metragem foi finalizado em 2015 e exibido em festivais de cinema, eventos e exibições diversas dentro e fora do Brasil.

3.1 Pacificação da Maré: Brasil pra turista ver

A Maré vivenciou, em 23 de junho de 2013, um dos momentos mais críticos de sua história com o assassinato de dez moradores em apenas um dia de operação policial altamente violenta. O resultado consistiu em nada além de mais corpos abatidos para a conta da equação que alimenta o genocídio do povo pobre e periférico do país.

Menos de um ano após aquela chacina, o 5 de abril de 2014 significava uma incógnita que só poderia ser desvelada após a experimento do Estado ser imposto ao cotidiano local. A ocupação da Maré se configurava, então, para o Governo Federal articulado à grande mídia, como um símbolo da ordem pública na cidade, agregando o *slogan* “Brasil pra turista ver” nas entrelinhas do estado de exceção imposto ao cotidiano local. A favela foi dormir após uma habitual noite de comércio, movimentação e lazer intensos, sob a promessa de uma mudança inevitável vinda de uma demanda externa para o cumprimento de mais demandas externas: o ponto em questão não era exatamente a “pacificação” da Maré, mas a pacificação da imagem do Rio de Janeiro no noticiário internacional, cartão postal da Copa do Mundo FIFA de 2014 e cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O governo estava mais preocupado em vender os eventos que ocorreriam consecutivamente e atrairiam milhões aos cofres públicos, beneficiando principalmente o mercado de turismo na região.

Ocupação é um filme no calor da hora dos acontecimentos. A impossibilidade de filmar a favela é driblada pela presença de alguém pertencente a ela, que me guia como cinegrafista em diferentes situações naquela noite. Apesar da apreensão dos moradores da comunidade quanto à permanência do exército a partir daquele fim de semana, o clima de descontração e festividade por parte da maioria da população se mantinha vivo. Imagens realizadas, o filme em si só é possível após o descanso de seu material bruto. Seis meses após as filmagens, o acervo se torna caminho para a elaboração de uma reflexão mais profunda sobre o que havia ocorrido no primeiro semestre daquele ano.

Disfarçada de política de segurança pública para a melhoria de vida da população, a permanência das tropas militares na Maré prometia a preparação da comunidade para a implementação de uma UPP no território. Na realidade, aquele era o início de um período em que a violação dos direitos fundamentais dos moradores da Maré se tornaria ainda mais fre-

quente, ceifando vidas de moradores, inclusive de crianças, e interferindo diretamente no funcionamento dos serviços públicos locais.

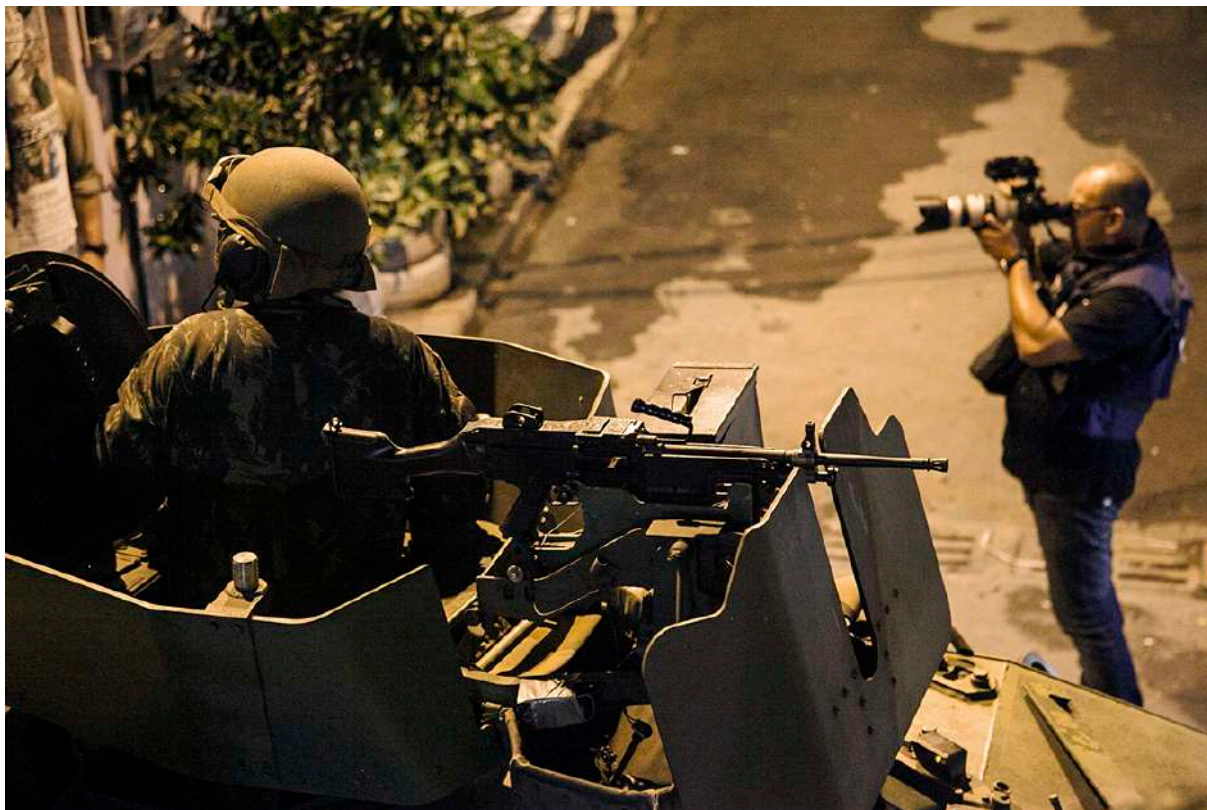


Figura 6: Fotografia tirada durante as filmagens do documentário *Ocupação*. Tanque de guerra faz incursão na rua Sargento Silva Nunes, Nova Holanda | Autor: Diego Jesus (ECOM, 2014)

Há, neste caso, a construção de um território de passividade em relação ao que ocorria, inclusive, por parte dos moradores. Não havia necessariamente intenção dos meios de comunicação em registrar depoimentos, ou mesmo em elaborar imagens que fugissem da ideia romantizada de que o governo brasileiro estava ali para restabelecer a ideia de ordem pública que há décadas havia sido reformulada com o poder dos grupos criminosos armados dentro da comunidade.

De imagens emblemáticas é feita a História. Em *Ocupação*, a imagem de um soldado em um tanque de guerra entrecruzada com a câmera fotográfica de um jornalista, é composta por signos que agrupam em si as verdadeiras intenções daquele acontecimento. Um fato real a ser ficcionalizado pelas lentes dos jornalistas enviados para legitimar o estado de exceção imposto à favela a um nível ainda maior.



Figura 7: Fotografia tirada durante as filmagens do documentário *Ocupação*. Ronda das Forças Armadas na Maré durante a manhã de ocupação | Autor: Diego Jesus (ECOM, 2014)

A mídia, que há muito tempo não cruzava as “fronteiras” da Maré, usava coletes à prova de balas. Suas câmeras, transformadas em armas tão letais quanto as carregadas pelos policiais do BOPE²⁵, violavam o direito à ampla informação, carregadas de interesses políticos e hegemônicos. Enquanto a “cena” montada pelo Estado apontava ameaçadoramente para o inimigo a ser capturado, as armas-câmeras dos jornalistas estrangeiros, grande maioria presente no registro da catastrófica ação da política de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, se voltavam para a escrita de uma história que tinha como intenção a elaboração de matérias jornalísticas que apresentassem de forma positiva as medidas para a realização dos eventos esportivos de alcance mundial nos anos 2014 e 2016.

Não à toa, o acontecimento chamado “Ocupação da Maré” ocorre justamente dois meses antes do início da Copa do Mundo FIFA. A ideia de “pacificação” do território da Maré foi alvo de duras críticas por parte dos moradores, que denunciaram inúmeras violações de direitos praticadas pelos militares. Apesar disso, o governo havia desde o início cumprido a

25 Batalhão de Operações Policiais Especiais, vinculado à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

sua missão de justificar a política de segurança pública pensada para a Maré ao incitar, por meio da mídia nacional e internacional, a necessidade de intervenção do Exército Brasileiro no reestabelecimento da ordem na cidade, partindo especificamente de uma ação naquela comunidade.



Figura 8: Fotograma do documentário *Ocupação* | Autor: Diego Jesus (ECOM, 2014)

Além de ações em relação à política de segurança pública para o momento que antecedeu a realização dos eventos esportivos, diversas outras violações de direitos foram aplicadas pelo poder público aos moradores de áreas periféricas da cidade, como é o caso dos despejos realizados em algumas comunidades. Como exemplo, a demolição de casas de moradores desapropriados pela prefeitura em locais onde seriam realizadas obras para a construção ou estruturação de equipamentos para a realização dos eventos, como estádios de futebol, vias de acesso, hotéis etc. Moradores da Comunidade Vila Autódromo, por exemplo, foram removidos de suas casas.

A tentativa do filme de elaborar a escrita de uma memória sobre a ocupação da Maré encontra na presença de Henrique Gomes a impossibilidade de uma síntese dos fatos. Nas palavras de Henrique, motorista do carro que guia o filme, a memória é apresentada como algo em constante conflito. Após um questionamento sobre as expectativas da ocupação mili-

tar na Maré, Henrique lança a seguinte resposta: “A minha opinião é o meu sentimento. O que estou sentindo é como se eu estivesse realmente perdendo alguma coisa. Não sei se é a quebra da rotina, eu não sei te dizer”.



Figura 9: Fotograma do documentário *Ocupação*. Polícia Militar posa para fotografias com moradores durante a manhã de ocupação | Autor: Diego Jesus (ECOM, 2014)

Ocupação pode ser considerado, então, um conjunto de elementos que levam a uma tentativa de síntese histórica não apenas em relação ao fato que se desenrolava naquela noite, mas principalmente sobre a necessidade de uma referência universal sobre o cotidiano da favela, que vivia, mais uma vez, a intervenção do Estado de forma autoritária. Desta forma, a tentativa de elaboração de uma memória sobre o desenrolar daquela noite de incursão era a abertura de um diálogo entre o presente e o passado da Maré.

Para articular os tempos da História, as imagens, depois de produzidas, nos oferecem os encontros que podem permanecer entre o realizador e o mundo filmado. Da minha parte, uma relação orgânica com a Maré nasce durante a produção das imagens do *Ocupação*. Elas emergem desta relação de conflito com os fatos ocorridos dentro da Maré para um recorte incidental de um ponto central da história que se daria a partir daquele instante.



Figura 10: Fotograma do documentário *Ocupação* | Autor: Diego Jesus (ECOM, 2014)



Figura 11: Fotografia tirada durante as filmagens do documentário *Ocupação* | Autor: Diego Jesus (ECOM, 2014)

No dia da ocupação, minha experiência ao realizar aquelas imagens não partia da busca dos tanques de guerra que desfilariam como em um carnaval nas ruas da Nova Holanda, mas da tentativa de, antes mesmo de um espetáculo midiático instaurado, antes mesmo que nossas câmeras e rostos se confundissem com as câmeras da corporação midiática interconti-

mental, agir a partir de uma questão central: como não ser só mais uma câmera? Em outras palavras, como fazer da minha câmera, entre tantas outras câmeras e intenções, um instrumento de resistência?



Figura 12: Fotograma do filme *Ocupação*. Polícia Militar hasteia bandeiras em praça na manhã de ocupação | Autor: Diego Jesus (ECOM, 2014)

Não ser só mais uma câmera implica nos encontros posteriores proporcionados pelo elemento intrínseco ao filme documentário: a relação. Quatro anos após a partilha de um pedaço das nossas histórias e da história do nosso país, nos encontramos especificamente para uma conversa a ser inserida neste texto. Foram muitas as vezes em que nos olhamos e precisamos falar sobre isso. Muitas as vezes em que, ao nos locomovermos pela Maré, falamos de onde viemos, para onde iríamos, e por que mesmo estávamos ali. Cada um à sua forma, os dois em uma só missão:

Sempre quando vou rever o Ocupação, quando vou mostrar para alguém, quando vou conversar, fica muito claro para mim por que aquelas coisas aconteceram, mas apenas agora. Naquele momento, realmente, eu estava muito confuso. É como eu falo no filme: “A minha opinião é o meu sentimento”. O meu sentimento passava por toda essa questão da desmilitarização, da não ocupação, do genocídio do povo negro, e todas as questões que nós conhecemos hoje. Mas, para mim, acho que ainda estava em um nível panfletário, na verdade. Eu não entendia a estrutura de fato. Eu sabia que todas essas violações de direitos aconteciam como ordens que vinham da ponta do sistema, mas eu estava passando a entender melhor naquele exato momento com a entrada do exército. A polícia, ao entrar aqui, está mudando a minha vida, está mudando o meu cotidiano. “A polícia vai me pegar, o exército vai me pegar”, eu pensava. Mas eu não entendia o que acontecia até o exército chegar aqui, eu não entendia esse processo, por isso costumo dizer que era muito pan-

fletário. A palavra certa, eu acho, é essa: panfletário. Eu ia junto com a onda, mas sabia de fato que estava perdendo alguma coisa. Eu era parado na rua por eles [o exército e a polícia], encurralado dentro de uma LAN House sendo questionado onde morava, tendo a minha casa invadida durante as operações. Tudo isso aconteceu nesse processo e durou um ano e meio. Eu fui encurralado, questionado, parado, eles me acordavam batendo na minha porta. Tudo isso sempre aconteceu, mas a gente chegou a pensar que podia ser diferente, havia uma esperança mínima, o próprio exército e a televisão [cobertura jornalística] sustentavam essa ideia. Eu entendo até as minhas falas no filme como, por exemplo, o momento em que digo “só está faltando a tenda para começar o show” [passagem do filme em que o exército e o BOPE hasteiam a bandeira do Brasil em uma praça na Maré, horas após a incursão das tropas]. Tudo isso era muito a partir da fala de outras pessoas que tinham de fato uma relação muito mais profunda com o tema — mas não que eu não tivesse também. Eu só não conhecia o processo que levava até aquela consequência. Depois de quatro anos, por todos os lugares onde estou passando, pelas pesquisas das quais estou participando, trabalhos, estudos na prática, consigo compreender a situação de uma forma própria, a partir da minha experiência pessoal. Entendendo todos esses processos, fica muito mais claro, agora, tudo o que aconteceu quatro anos atrás.²⁶

Henrique esteve presente desde o início da ECOM. Atuou como produtor, se dividindo na participação em diferentes projetos da Redes da Maré. Seu trabalho atual consiste na assistência e acompanhamento de usuários de crack. Por alguns meses, enquanto desenvolvíamos as atividades da ECOM na Maré, Henrique realizou uma ação de exibição de filmes na Cena de Consumo Flávia Farnese, local onde vivem usuários de crack, localizado entre a Nova Holanda e o Parque Maré.

Através de uma articulação com o projeto Cineminha no Beco, realizado na Maré por Bhega Silva, cantor e compositor local, a ECOM exibiu filmes de ficção brasileiros e internacionais no local. A programação se dividia entre a escolha dos títulos pelos moradores e a curadoria feita por nós, integrantes da ECOM. Uma tela de projeção era montada no local e tínhamos a distribuição de pipoca e refrigerante. Os moradores da cena de consumo de crack se reuniam à frente da tela com seus colchões, papelões e bancos retirados de seus barracos situados ao longo de uma calçada.

Certa noite, projetamos o filme *Madame Satã* (Karim Aïnouz, 2002) na cena de consumo. Como em tantas outras exibições, a plateia se manifestou em relação aos temas que eram apresentados na tela: consumo de drogas, prostituição, violência, homossexualidade, o corpo negro em cena. Mas os comentários dos espectadores em questão, ao invés das análises filmicas comuns à prática do cineclubismo, expunham relatos acalorados sobre sua realidade

26 GOMES, Henrique. Morador da Maré, entrevista concedida em setembro de 2018. Graduando do curso de Serviço Social da UFRJ. Atuou como coprodutor no projeto ECOM entre 2014 e 2016. É articulador territorial no projeto Espaço Normal, da Redes da Maré, o primeiro espaço de referência sobre drogas em uma favela. Integra o coletivo Movimentos, formado por jovens de diversas favelas e periferias do Brasil que lutam por uma nova política de drogas e discutem os impactos da guerra às drogas em suas vidas..

a partir do que o filme apresentava. Era uma troca de como se viam ali dentro da Maré, e de como eram vistos pelo restante da favela. Se impunham, através da experiência fílmica, como componentes daquele espaço, reconhecendo os estigmas lançados por parte da maioria dos moradores.

Em partilhas que se amplificavam nos encontros de histórias individuais a minha relação com a Maré e com seus moradores se desenrolava. No caso de Henrique, os encontros vez ou outra voltavam àquele ponto de partida da nossa relação, no constante movimento do carro, com o equipamento de filmagem madrugada adentro, Maré adentro.

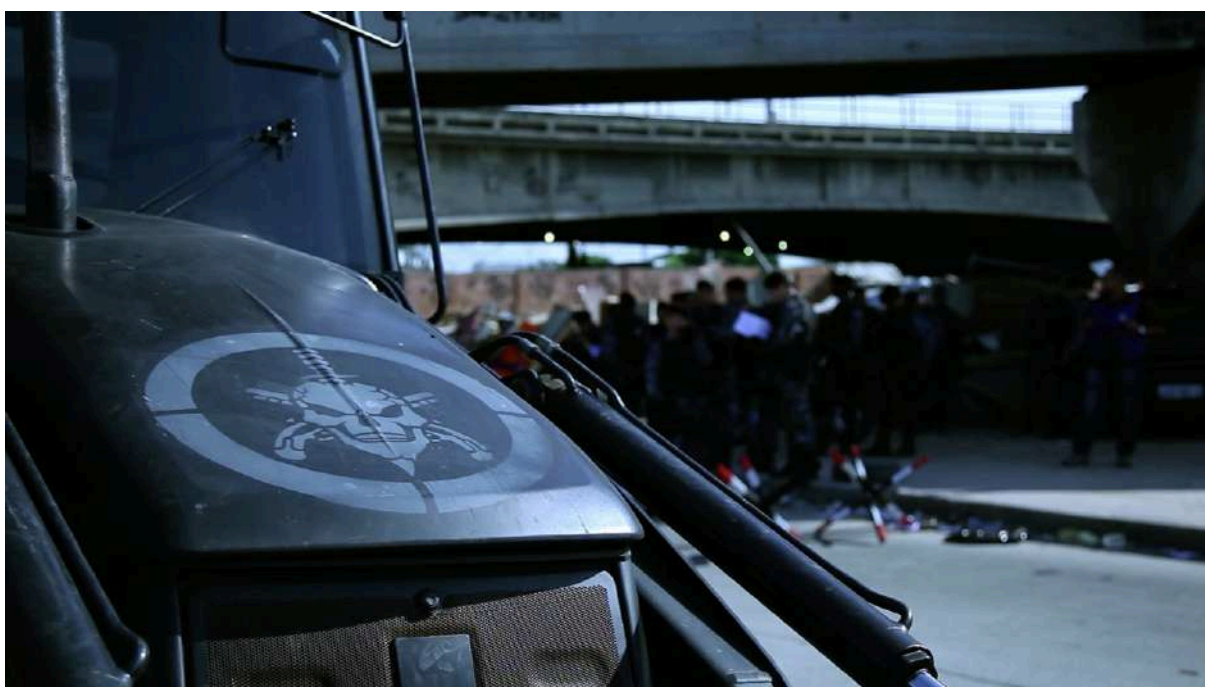


Figura 13: Fotograma do documentário *Ocupação*. Trator utilizado pelo BOPE durante operações policiais | Autor: Diego Jesus (ECOM, 2014)

A lente da câmera quase sempre apontada para o enquadramento que a janela do carro me possibilitava: uma Maré de ruas desertas no adiantar da madrugada. Já dava para ver as luzes vermelhas e frenéticas dos helicópteros sobrevoando a favela. Era bem mais do que o som das operações policiais cotidianas, mais do que a atmosfera do dia a dia de invasão do blindado do BOPE a arrastar o que há na frente, inclusive a dignidade e a vida. Desde 2001, o BOPE e a Polícia Militar utilizam veículos blindados em operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro. O “Caveirão”, como foi batizado pelos próprios policiais, comete frequentemente uma série de violações de direitos durante suas incursões, estas vão desde o assassinato de inocentes, depredação de patrimônio dos moradores — como automóveis estacionados nas

ruas ou qualquer outro “obstáculo” que esteja no percurso feito pelo mesmo — até o uso de termos ofensivos por meio de um megafone acoplado na parte externa da sua estrutura, pelo qual os policiais estabelecem uma comunicação ameaçadora com os que estão do lado de fora. O logo do BOPE apresenta uma caveira cruzada por armas de fogo, e colabora para uma atmosfera de medo na qual qualquer morador pode ser considerado um inimigo. A imagem da caveira do BOPE lembra o *Totenkopf* [caveira em alemão], símbolo nazista utilizado durante o terceiro Reich.

Ao sermos parados por um civil armado, escondemos o equipamento. Não sabíamos qual seria o comportamento do tráfico naquela noite com a entrada do exército, mas tínhamos certeza de que um equipamento de filmagem passeando durante a madrugada não seria bem visto por quem estava diretamente ameaçado pela operação que se daria dali a algumas horas. O risco de sermos surpreendidos por uma revista por parte dos grupos criminosos armados era iminente e interferia diretamente no processo de produção das imagens — sua estética, seu alcance do entorno e seu interesse pelo registro em si.

Após escapar de sermos flagrados com um equipamento de filmagem, aceitamos o fato de que percorrer a Maré com a câmera podia nos colocar em situação de risco. Decidimos, então, filmar um *show* de samba que ocorria no Museu da Maré aos sábados. A ideia era termos um registro da noite na Maré e pensar como os moradores lidavam com a promessa de entrada das tropas do exército. Em um espaço aberto no interior do museu, sobre um palco localizado ao centro, bandas locais de samba se apresentavam.

A presença da câmera de filmagem institui antecipadamente uma reação dos componentes da “cena” filmada, os atores sociais presentes nela e suas subjetividades, seus engajamentos para além da ideia de filme, seus discursos muitas vezes reprimidos pela situação que os cerca. A *mise-en-scène*, no documentário, é direcionada também pelo risco do real que a relação entre a câmera e os atores sociais conferem à imagem a ser produzida. Não há “mosca

na parede”²⁷ e, na Maré, mesmo em um evento musical, a presença do vídeo em construção desperta, no desenrolar dos fatos que envolvem o tempo-espço filmado, uma relação para além do mero registro.

Durante o samba, o filme parte para um elo com o que o cerca quando um dos cantores, durante um intervalo entre os *shows*, ao se utilizar do aparato de registro do acontecimento para além do espetáculo musical, dispara: “É para mostrar que a Maré não é só isso que está passando por aí, não. Só passa bagulho de fumaça, só passa o esquema esquisito. A gente está aqui para isso. Nêgo Dinho vai chegar e mostrar mais uma pérola da nossa comunidade. Nossa cultura, nossa arte”.

Mesmo em um ambiente descontraído como aquele, a presença da câmera instiga um discurso que reafirma a recusa dos moradores da Maré aos estigmas que a eles são lançados diariamente. Henrique Gomes se tornara, para mim, naquele momento, além de um guia, um personagem fundamental. Ele ecoava nos demais, nos sentimentos que envolviam aquele sábado e sua promessa de ocupação.

A Maré não é só o “bagulho de fumaça” do noticiário sobre a violência nas favelas. A favela não existe enquanto um agente passivo às demandas do Estado, que não consideram os aspectos de uma ideia própria de organização e expressão cultural. A Maré não precisa ser ocupada, violada enquanto espaço, assumida por uma política de segurança pública voltada para a instalação de um projeto de UPP já questionado pelos moradores de outras favelas, enfrentando, àquela época, o auge da sua crise pelos resultados desastrosos obtidos com as experiências de pacificação de outras áreas da cidade.

Aquela situação do filme, as minhas falas, eram o que eu estava sentindo no momento. Eu não sabia o que falar e eu não precisava saber como falar. Não era necessário saber falar para o filme. Mas, nesse processo, desde aquele dia que filmamos até o fim da ocupação, aconteceram várias coisas que me levaram a interpretar melhor aquele momento. Todos os tipos de violação de direitos que eu vivi e que outras pessoas também viveram aqui na Maré. O mais importante para mim foi

27 Termo utilizado para os documentaristas que optavam pelo desenvolvimento de um filme à disposição dos acontecimentos, com a ideia de que não interfeririam, por opção, no mundo filmado. Ou seja, a câmera e seus realizadores como uma “mosca na parede”, sem influenciar na lógica das situações desenroladas durante as filmagens. Em contraposição a esta ideia, o “cinema-verdade”, inventado pelo antropólogo e cineasta francês Jean Rouch — com uma importante produção para a história do cinema documentário nos anos 1950 —, investia na linguagem de interferência, intromissão “inconveniente” do mundo à frente da câmera. Essa ideia questionava a proposta da linguagem documental conhecida como “mosca na parede”, que acreditava ingenuamente na não intervenção nos acontecimentos, inevitavelmente desencadeada pela simples presença da câmera e do ato de filmar sobre o mundo filmado.

entender o processo para protestar propondo, protestar com propostas, protestar sabendo o porquê de tudo isso. E, para mim, claro, é uma política para morte ao pobre, ao negro, ao favelado. Há uma outra política para quem é rico. Então, para nós, só existe aquela política ali. Eu não esperava algo diferente. Nesse sentido, quando eu falo sobre protesto com proposta, é entender que isso tudo acontece e propor coisas nesse campo. Eu tenho feito muitos trabalhos voltados para a política de drogas, desde 2014, tendo entrado em três projetos ligados a esse tema na Redes da Maré, que é uma das principais desculpas do Estado para entrar e agir com toda essa violência na favela. A questão racial para mim é fundamental e central se pensarmos na política de guerra às drogas para entrar na favela e matar. Uma política para matar favelado pensada e legitimada pelo Estado.²⁸

O percurso pelas ruas me despertou a necessidade de compreensão do que aquele momento representava para Henrique enquanto morador da Maré. A frase “a minha opinião é o meu sentimento”, para mim, é o mais importante depoimento que recolhi das inúmeras vezes em que estive à frente de um morador ou moradora da Maré em entrevistas que realizei durante minha atuação na Redes da Maré.

Devo confessar que este depoimento não foi o que mais me surpreendeu, o que mais despertou em mim revolta ou mesmo outros sentimentos de contentamento ou reprovação. Mas foi, sem dúvidas, o que mais me comoveu como profissional da imagem, me orientando em tantas outras situações ao extrair dos moradores relatos sobre os mais diversos temas, como o assassinato de filhos e parentes durante conflitos armados, a invasão de casas de moradores, as experiências vividas pelos dependentes de crack ao longo de suas vidas, as consequências enfrentadas por uma mãe após ser atingida por um tiro que atravessou o seu rosto à porta da escola onde a filha estuda, o entendimento de mulheres de diferentes idades sobre a sua condição de negras e faveladas, o reconhecimento dos moradores em relação aos seus direitos durante operações policiais, a produção cultural de artistas locais, a criatividade comercial de empreendedores dos estabelecimentos de gastronomia, a luta travada por colegas de instituição e de integrantes de associações de moradores pelo desenvolvimento da Maré. Foram muitos os percursos e os encontros. Foram tantas as trocas e tamanhos os resultados, mas este trecho da fala de Henrique editado no *Ocupação* é o limiar da partilha que a experiência como um todo me responde enquanto este texto que vos escrevo nasce.

Desde 2014 tenho tentado entender esse mecanismo, estudar esses processos. O que mais me entristece é descobrir cotidianamente que nada disso é por acaso. A política pensada para essa população, para o lugar onde vivo, é muito bem articulada. Para além disso, a minha família inteira é do nordeste, da Paraíba. Desde a saída deles de lá, a contragosto, tendo que vir para o Rio de Janeiro por conta de precárias condições de vida, sempre foram tirados diversos direitos e toda a história da minha família, das nossas, está se reconectando o tempo inteiro. A intervenção militar no estado, que estamos vivenciando no momento, só me dá ferramentas para

entender mais ainda como é o processo. Quando as pessoas disseram “Você quer intervenção militar, então venha para a favela”, é dizer um pouco do que acontece no Rio inteiro, mas as pessoas ainda preferem isso. O que diminuiu com a intervenção no estado do Rio? O número de roubo de patrimônio. As pessoas estão preocupadas em não ter o seu próprio patrimônio violado, roubado. Eu passei por intervenção militar a vida inteira. Para quem mora em favela, isso nunca deixou de existir. Não considero que a cidade seja partida, mas ela de fato está [a intervenção militar no estado do Rio de Janeiro] para poucas pessoas verem. Eu tenho agora ferramentas para entender todo esse processo para que não seja uma coisa de protestar sem entendê-lo de fato. Na verdade, eu sempre passei por isso, sempre tive a minha casa invadida, sempre fui questionado, sempre fui parado, então eu apenas não entendia o porquê. E quando comecei a entender, eu reclamava, questionava, mas não entendia o processo como um todo. É muito doloroso descobrir que é algo tão meticulosamente planejado. Todos temos consciência em relação à questão do direito à segurança pública, do direito à educação, mas somos violados de tal maneira que não temos um canal para que tudo funcione como deveria. Mas os moradores da Maré têm consciência de que há uma diferença entre o morador de favela e o morador de Copacabana, por exemplo, em relação ao direito à segurança pública. Juntar os pedaços é muito doloroso, é encarar isso de frente. É realmente muito doloroso quando você descobre a verdade que está por trás de tudo isso.²⁹



Figura 14: “Marcha Contra a Violência na Maré: Outra Maré é Possível” nas ruas da Maré. Da esquerda para a direita: Camila Pitanga (atriz), Eliana Sousa Silva (cofundadora e diretora da Redes da Maré) e Marielle Franco (vereadora do Rio de Janeiro) | Autor: Diego Alves (ECOM, 2017)

O assassinato da Marielle [Marielle Franco] mexeu com muita coisa e acaba caindo nessa impotência de como juntar esses pedaços e contar uma história da Maré. Desde a morte da Marielle, para mim e para a minha família, que tivemos relação direta com ela muito antes de sua introjeção na política, é muito difícil. A minha relação com Marielle vem da igreja católica desde que eu era adolescente. Para muita gente daqui, a tristeza é muito além dessa Marielle política que passamos a conhecer. Mas para muitas pessoas da Maré, foi essa a relação que mais abalou, considerando as ações dela em prol do território. Mas não mudou muita coisa.

Tivemos uma movimentação no início, mas isso foi ficando menos presente. As pessoas daqui ainda exigem que seja revelado quem matou a Marielle. No meu caso, a minha movimentação pelas questões do território só aumentou. Tudo isso que aconteceu só me motivou a lutar ainda mais pela Maré, nos motivou para outras coisas, abriu possibilidades para pensar algo novo. A mudança após a entrada do exército é clara. Antes do exército entrar, já havia um grupo de traficantes que migrou para a Maré por conta da criação de UPPs em outras favelas da cidade. Isso acontecia por eles serem das mesmas facções [existentes na Maré], dependendo do território onde estavam alocadas. É aquilo que o “Ocupação” mostra, um início com um cenário tenebroso, depois vem aquela confusão que durou quase um ano e meio. Depois que passou, a situação piorou bastante, principalmente numa determinada área da Maré, por ter sido um espaço que acolheu muita gente do tráfico em outras situações, pensando a configuração do tráfico no Rio de Janeiro. A Maré foi um lugar que por conta dessas questões externas “acolheu” muitos traficantes, transformando esse espaço num grande porto de chegada dessas pessoas. A presença do exército, com a ocupação, ampliou ainda mais essa organização desorganizada, piorando a situação em todos os sentidos. Por conta dessa agenda da segurança pública que estava chegando na Zona Norte, algumas favelas estavam mandando seus homens para cá. Depois, quando o exército entra, dá aquela baixada. Mas, quando sai, recomeça o que ocorria antes da ocupação. E começou antes por conta da própria política de segurança pública equivocada, e não por causa da característica do território, não porque nós [a Maré] somos acolhedores de facções criminosas. Os próprios conflitos entre os grupos civis armados dentro do território aumentaram depois da saída do exército.³⁰

“(1979-2018) Vereadora, defensora dos Direitos Humanos e minorias, covardemente assassinada no dia 14 de março de 2018”. A descrição sobre Marielle Franco está numa placa de rua feita em sua homenagem no bairro Estácio, no centro do Rio de Janeiro. A rua ganhou o nome da ativista e 5ª vereadora mais votada do município em 2015. Marielle — mãe, negra e favelada — nasceu na Maré, onde cresceu e se constituiu enquanto militante e defensora dos direitos humanos. Ao longo de sua vida, esteve envolvida em projetos sociais na favela, dentre estes um curso pré-vestibular comunitário do qual foi aluna. Marielle Franco era socióloga formada pela PUC-Rio, com mestrado em Administração Pública. Em março de 2018, Marielle e Anderson Gomes, seu motorista, foram brutalmente assassinados com nove tiros disparados em direção ao carro no qual se deslocavam no centro da cidade. Há evidências explícitas de que se trata de uma execução por conta do envolvimento direto da vereadora na denúncia da atuação de grupos milicianos no município do Rio e na Baixada Fluminense.

Acredito que há poucas chances na vida como realizador de imagens em que é possível contar uma história a partir de fatos apresentados como uma atmosfera. Editar o *Ocupação* foi descobrir como relatar um acontecimento específico da história da Maré com partículas de um material bruto nunca pensado como filme. Filme este que só surgiu depois de uma decupagem minuciosa das imagens guardadas por mais de seis meses.

A última sequência do *Ocupação* diz muito sobre o meu corpo e a minha tentativa de entender, em meio ao caos da presença do exército e da polícia, da cobertura jornalística “predatória”, os reais interesses daquele espetáculo articulado para assegurar uma ideia de ordem pública no Rio de Janeiro para a realização dos eventos esportivos.



Figura 15: Fotograma do documentário *Ocupação*. Última sequência: incursão do BOPE na Maré durante a manhã de ocupação | Autor: Diego Jesus (ECOM, 2014)



Figura 16: Fotograma do documentário *Ocupação*. Última sequência: mãe e filho na Nova Holanda durante a manhã de ocupação | Autor: Diego Jesus (ECOM, 2014)

É na última sequência do filme, em um *take* onde acompanho com a câmera uma fileira de policiais do BOPE, que a real insurgência das imagens se resume a um discurso muito mais amplo do que estas são capazes de mostrar. A presença da câmera empodera, em alguma medida, a atuação do policial e seu fuzil em punho.

Quando assisto àquele plano sequência, penso em como o corpo do policial à minha frente, ao mirar o fuzil para os lados enquanto atravessa as ruas paralelas à rua Teixeira Ribeiro, um dos principais pontos comerciais da Maré, remete a um filme de ficção policial, a uma verdadeira narrativa de guerra onde as forças de segurança do Estado são, antes de qualquer coisa, o “salvador da pátria”, presentes para restabelecer a ordem acima de qualquer suspeita.

Há, nesta sequência, uma conexão quase que inevitável com a memória que tenho do filme *Tropa de Elite* (José Padilha, 2007). O policial em questão encarna, talvez inconscientemente, a figura heróica representada pelo personagem Capitão Nascimento (Wagner Moura) ao ver a minha câmera persegui-lo como em uma cena ensaiada no interior de um *set* de filmagem. Ele é o policial eficaz, inquestionável e implacável. Para a minha câmera, ainda mais, um destemido justiceiro em ação.

Após alguns segundos acompanhando-o, chego a um ponto da rua onde acontece o cruzar do policial com uma mulher que traz seu filho no colo. Era uma manhã de domingo e os moradores da Maré já circulavam pelas ruas em meio a soldados em seus tanques de guerra e policiais altamente armados. Aquela mãe e seu bebê me entregam — no ato súbito de movimento da câmera, que se despede instintivamente da imagem do policial no momento em que a ponta de seu fuzil passeia sobre as cabeças da mãe e de seu bebê — o real encontro com um entendimento mais profundo dos acontecimentos.

Finalizar o *Ocupação* com aquela sequência, com a imagem congelada de uma criança negra no colo de sua mãe, em profunda confusão por conta do barulho ensurdecedor da presença dos helicópteros ao cortarem o céu de forma rasante, é como ter o passado, o presente e o futuro da Maré juntos em um só movimento de corpo, de câmera e de discurso.

O discurso se aprofunda enquanto o elemento corpo-câmera salta ao sentido primário das consequências daquele acontecimento e de diversos outros que passaram e que vieram

pela frente. O futuro da Maré está ali, representado pela imagem daquela mãe, daquela mulher negra e do seu bebê. Os corpos e a história juntos através do choque entre as imagens, ou do choque das imagens, aspecto este primordial ao ato da montagem. Uma sequência sem cortes, mas com um choque entre extremos explicitado no esvaziamento dos direitos individuais dos moradores de favelas.

O Estado vazio de direitos (AGAMBEN, 2004) representado pelos corpos negros do policial, da mãe e de seu filho está no relato produzido pelas imagens desta última sequência. Estas imagens insurgem de uma urgente denúncia sobre a desumanização dos corpos favelados no ambiente da cidade por parte do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, elas expõem a violência vivida pelos moradores da Maré com aquela invasão denominada “pacificação”.

Ao fim, ficamos com a mensagem que emana dos olhos da criança, que não consegue compreender o barulho angustiante dos helicópteros. O estado de direito anulado pela naturalização da violência física e psicológica à qual os corpos favelados estão expostos cotidianamente. Há, ao redor daquela mãe e de seu bebê, um cenário de guerra do qual ela pode ser vítima, mesmo já o sendo, mas de forma letal. Neste caso, devo confessar, parafraseando Henrique, mais uma vez: se a minha opinião é o meu sentimento, aquela última sequência representa, para mim, um conjunto de sentimentos impossíveis de serem colocados em palavras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se voltou para a análise de materiais produzidos pela ECOM durante o período que compreendeu os 15 meses de ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro (2014-2015). Nele, além da análise das imagens produzidas, trabalhamos informações sobre o decorrer da ocupação militar na Maré e seus resultados, assim como o contexto da segurança pública na favela após a saída do exército. Foram tomadas como ponto de partida as vivências de moradores engajados no trabalho de desenvolvimento territorial produzido pela Redes da Maré no território da Maré. Os resultados das ações da instituição guiaram o texto a uma articulação entre os fatos ocorridos na comunidade em decorrência da situação de violência e a luta de seus moradores pela construção de um espaço de proposição de políticas voltadas para a diminuição das desigualdades. Contamos parte da história da Redes da Maré no movimento natural de tentativa de compreensão dos acontecimentos que este trabalho se propõe a analisar.

Refletimos, no primeiro momento, o processo de democratização do acesso aos meios de produção audiovisual em espaços periféricos. A exposição dos temas aqui apresentados nos levou a introduzir o texto a partir das iniciativas que possibilitaram a concretização do projeto ECOM no território da Maré. Foram apresentados, também, demais projetos em desenvolvimento na região metropolitana do Rio de Janeiro, focados na proposta de realização e exibição audiovisual.

No primeiro capítulo, discutimos resumidamente o contexto de escalada de uma política conservadora ao redor do mundo. A necessidade de introduzir a discussão do estado de exceção em que vive a favela da Maré nos levou a apresentar políticas e contextos em diferentes partes do planeta. Para isto, o texto se volta também à análise de fatos ocorridos no Brasil entre os anos 2013 e 2018, principalmente aqueles que apresentam relação com as violações dos direitos fundamentais da pessoa humana praticadas pelo Estado brasileiro contra cidadãos oriundos de espaços populares. Desta forma, tivemos como objeto de análise o papel de parte da mídia brasileira na construção dos estereótipos marginalizantes e na legitimação das políticas de extermínio enfrentadas pelos moradores das favelas do Rio de Janeiro.

No segundo capítulo, desenvolvemos uma análise da fotografia *Gol Olímpico*, realizada por Gabriela Lino, ex-aluna do projeto ECOM, durante o período em que a Maré esteve

ocupada pelas Forças Armadas. Neste momento, buscamos investigar a imagem a partir de elementos que ajudam a contar a situação de violência vivida pelos moradores da Maré durante a ocupação, quando a fotografia foi realizada, e alguns anos após aquele período.

A atmosfera e as consequências da ocupação do exército na Maré são, neste segundo momento, comentadas por entrevista realizada com Gabriela Lino, autora da fotografia. O relato da ex-aluna da ECOM ajuda a compreender, quatro anos após a realização da fotografia, os acontecimentos da ocupação e seus resultados no cotidiano da favela atualmente.

No terceiro capítulo, analisamos o curta-metragem de documentário *Ocupação* (Diego Jesus, 2015), realizado pela ECOM. O filme colabora para a apresentação dos fatos desenvolvidos na Maré no momento em que o exército faz sua incursão na favela. A presença da entrevista concedida por Henrique Gomes, à época integrante do projeto ECOM, leva a uma problematização do acontecimento e, ao mesmo tempo, a uma impressão das consequências da ocupação através do olhar de um morador. Além de considerar a presença de Henrique Gomes enquanto “possibilitador” do filme, a análise se abre para uma problematização da presença do realizador “estrangeiro” e da participação do personagem-produtor como elemento intrínseco à possibilidade de realização das imagens.

Nos anexos, adentramos o universo da Maré por meio de entrevistas realizadas com dois moradores de diferentes faixas etárias, Eliana Sousa Silva e Fagner França. Ambos são pessoas que se constituíram na Maré e estão, desde sempre, integrados à instituição Redes da Maré, onde desenvolvem, em segmentos distintos, o trabalho de desenvolvimento territorial da Redes da Maré.

A entrevista com Fagner França perpassa a sua experiência na Redes da Maré ao fazer um relato sobre as vivências possibilitadas pelo trabalho como professor da ECOM e em outros projetos desenvolvidos pela instituição. Além de apresentar suas impressões sobre o impacto das ações da instituição na comunidade, Fagner compartilha alguns testemunhos sobre a situação de violência no território. O depoimento de Fagner colabora para uma maior compreensão do período analisado pela pesquisa e do trabalho da Redes da Maré.

A entrevista com Eliana Sousa Silva reflete a situação de violência naquele período e os acontecimentos que levaram à ocupação do exército na comunidade. O depoimento é indispensável para o entendimento dos impactos causados pela realidade de violência, que inter-

fere diretamente no funcionamento das instituições públicas, como é o caso dos Postos de Saúde e das escolas na Maré. A diretora e cofundadora da Redes da Maré expõe as suas impressões sobre a política de segurança pública no território, a importância do trabalho da instituição para o auxílio na denúncia das constantes violações de direitos contra os moradores, como também a necessidade de prosseguimento do trabalho da instituição e seus diversos parceiros nas lutas travadas pela garantia dos direitos da população.

Os estudos desenvolvidos neste trabalho me guiaram a uma retrospectiva das experiências vividas entre os anos 2013 e 2018 como integrante da equipe da Redes da Maré. A criação do projeto ECOM se mostrou, para mim, um caminho para articular diferentes situações e testemunhos possibilitados pelas vivências e materiais realizados. O exercício de escrever um registro da história recente da Maré, da cidade do Rio de Janeiro e do país, me leva a crer que há nestes dias a urgente necessidade de reconhecimento e divulgação do trabalho realizado por instituições da sociedade civil, coletivos e ações desenvolvidas em territórios de favelas.

O prosseguimento do trabalho de instituições como a Redes da Maré é essencial para a sociedade brasileira, pois suas ações, além de buscarem caminhos para a diminuição de problemas estruturantes dentro dos territórios de favelas, impactam nas estratégias e discursos da política de extrema-direita em ascensão no país atualmente. O projeto político em curso já sinaliza para medidas que incitam ainda mais a ideologia perversa de desumanização das minorias, mostrando-se disposto, inclusive, a perseguir e ameaçar aqueles que dedicam suas vidas à luta pela diminuição das desigualdades.

REFERÊNCIAS

- A ESPOCC. *ESPOCC*, s.d. Disponível em <<http://www.espocc.org.br/a-espocc>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- AGAMBEN, Giorgio. *O estado de exceção*. São Paulo, SP: Boitempo, 2004.
- APRESENTAÇÃO. *Imagens do Povo*, s.d. Disponível em <<http://www.imagensdopovo.org.br/apresentacao>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- APRESENTAÇÃO. *Observatório de Favelas*, s.d. Disponível em <<http://of.org.br/apresentacao>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- APRESENTAÇÃO. *Mão na Lata*, s.d. Disponível em <<http://www.maonalata.com.br/artigo/289>>. Acesso em: 30 out. 2018.
- APRESENTAÇÃO. *Redes da Maré*, s.d. Disponível em <<http://redesdamare.org.br/quem-somos/apresentacao>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- BELFORT, Marcelo C.; DINIZ, Edson; RIBEIRO, Paula. *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro, RJ: Mórula, 2012.
- BENTES, Ivana. *Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2015.
- REDES DA MARÉ. *Boletim direito à Segurança Pública 2017*. s.d. Disponível em <http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2018/02/BoletimSegPublica_02_2017.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- COMOLLI, Jean-Louis. *Ver e poder: a inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- CRIVELLA diz que argamassa para blindar escolas já foi encomendada nos EUA. *O Globo*, 3 abr. 2017. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/crivella-diz-que-argamassa-para-blindar-escolas-ja-foi-encomendada-nos-eua-21152061>>. Acesso em: 30 out. 2018.
- DELEUZE, Gilles. *A imagem-tempo*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2005.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- EIXOS e projetos. *Redes da Maré*, s.d. Disponível em <<http://redesdamare.org.br/eixoseprojetos/segurancapublica>>. Acesso em 30 out. 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, Fagner. Reflexões sobre a violência policial na Maré. Entrevista concedida a Diego de Jesus Santos. Setembro de 2018.

GOMES, Henrique. Reflexões sobre a violência policial na Maré. Entrevista concedida a Diego de Jesus Santos. Setembro de 2018.

HALL, Stuart. The local and the global: globalization and ethnicity. In: McLINTOCK, Anne; MUFTI, Aamir; SHOHAT, Ella. (orgs.). *Dangerous liaisons: gender, nation & postcolonial perspectives*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

HISTÓRIA. *Cinema Nosso*, s.d. Disponível em <<http://www.cinemanosso.org.br/site/historia-2>>. Acesso em: 30 set. 2018.

INSCRIÇÕES gratuitas para o curso de Narrativas do Observatório de Favelas, na Maré. *Eu, Rio!*, 27 jul. 2018. Disponível em <<https://eurio.com.br/noticia/1210/inscricoes-gratuitas-para-o-curso-de-narrativas-do.html>>. Acesso em: 30 out. 2018.

Jornal Hoje (edição de 14 de fevereiro de 2018). *G1*, 14 fev. 2018. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/edicoes/2018/02/14.html#!v/6501920>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

KIMO, Paula; VEIGA, Roberta. Como insurgir no acontecimento pelas imagens: notas sobre uma modalidade de regime estético. *Revista ECO-Pós*, v. 20, nº 2, p. 32-52, agosto. 2017.

LEANDRO, Anita. Sem imagens: memória histórica e estética de urgência no cinema sem autor. *Estudos da língua(gem)*, v. 12, nº 1, p. 121-134, junho. 2014.

LINO, Gabriela. Reflexões sobre a violência policial na Maré. Entrevista concedida a Diego de Jesus Santos. Setembro de 2018.

LINS, Consuelo; MESQUITA, Cláudia. *Filmar o real: sobre o documentário brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2008.

MINISTRO da Cultura, Gilberto Gil, sobre o Programa Nacional Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva, durante encontro com artistas em Berlin. *Ministério da Cultura*, 2 set. 2004. Disponível em <<http://cultura.gov.br/ministro-da-cultura-gilberto-gil-sobre-o-programa-nacional-cultura-educao-e-cidadania-cultura-viva-durante-encontro-com-artistas-em-berlim-36714/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

Ocupação. Direção: Diego Jesus. Rio de Janeiro: Redes da Maré/Escola de Cinema Olhares da Maré (ECOM), 2015. 12min. Disponível em <<https://vimeo.com/128162641>>

O QUE é a Agência. *Agência de Redes Para Juventude*, s.d. Disponível em <<http://agenciarj.org>>. Acesso em: 30 set. 2018.

PRYSTHON, Angela. Do terceiro cinema ao cinema periférico: estéticas contemporâneas e cultura mundial. *Revista Periferia*, vol. 1, nº 1, p. 79-89, junho. 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo, SP: EXO experimental, 2005.

RIO ganha quatro unidades do Programa Escola do Amanhã, na Maré. *GI*, 26 fev. 2016. Disponível em

<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/rio-ganha-quatro-unidades-do-programa-escola-do-amanha-na-mare.html>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

SILVA, Eliana. Reflexões sobre a violência policial na Maré. Entrevista concedida a Diego de Jesus Santos. Abril de 2017.

SILVA, Eliana S. *A ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré*. Rio de Janeiro, RJ: Mórula, 2017.

SILVA, Eliana S. Apresentação do projeto ECOM para catálogo do evento Ocupação Maré Brasil. *Ocupação Maré Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Redes da Maré, 2016.

SILVA, Eliana S. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro, RJ: Mórula, 2015.

SOBRE. *Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu*, s.d. Disponível em <<http://escolalivredecinemani.com.br/sobre>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SOUZA e SILVA, Jailson de. Prefácio. In: BELFORT, Marcelo C.; DINIZ, Edson; RIBEIRO, Paula. *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro, RJ: Mórula, 2012.

SOUZA, Renata. *Cria da favela: resistência à militarização da vida*. Rio de Janeiro, RJ: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2018.

ANEXOS

Entrevistas concedidas por Fagner França e Eliana Sousa Silva. Os assuntos tratados buscam coletar informações sobre o período de ocupação da Maré pelas Forças Armadas do Brasil, ao fazer um apanhado dos acontecimentos que se desenrolaram nos últimos cinco anos.

1. Fagner França³¹

Eu tive o primeiro contato com a ECOM em 2015. Naquela época, eu estava apenas como aluno e já me sentia muito pertencente ao espaço. Era como se eu estivesse dando uma continuidade do que pensei para mim lá atrás, de estar gravando em um *set* de filmagem na Maré. Foi sempre uma experiência ótima estar recebendo todo esse aprendizado, toda essa formação, todo esse carinho que nós construímos em parceria, que é muito maior do que essa relação de professor e aluno.

Era uma formação compartilhada, visto que quem estava ensinando também estava aprendendo, compartilhando e sendo compartilhado. Hoje, eu consigo multiplicar isso com os alunos que tenho aqui na ECOM. Atualmente, nós temos apenas dois alunos que não são da Maré, eles vêm de Bangu³² e de Comendador Soares³³, mas o restante é todo daqui. Esses dois cruzam a cidade inteira três vezes por semana até chegar na Maré para entrar em contato com o que ainda estamos construindo e distribuindo na ECOM. Tudo isso é muito gratificante porque dentro do território de favela, um território que é tão marginalizado e carrega tantos estereótipos negativos que a sociedade nos impõe, nós conseguimos ter acesso ainda mais a informação, conseguimos ampliar nossos horizontes e ampliar ainda mais esses aprendizados que eu absorvi nesse tempo.

31 FRANÇA, Fagner. Morador da Maré, entrevista concedida em setembro de 2018. Integra projetos sociais dentro e fora da Maré desde criança. Faz parte dos projetos Mão na Lata e ECOM, desenvolvidos pela Redes da Maré, onde atua como fotógrafo, professor de fotografia e diretor de fotografia. Atua como produtor e fotógrafo em projetos para cinema e TV.

32 Bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

33 Bairro do município de Nova Iguaçu, localizado na Baixada Fluminense, situada na região metropolitana do Rio de Janeiro.



Figura 17: Criança brinca no Piscinão de Ramos | Autora: Aline Oliveira (ECOM, 2015)

Eu levo a ECOM para todos os lugares com o lema que ela traz: eu estou na Maré, eu estou na cidade, a Maré é a cidade. Eu vou transmitindo a ECOM, falando dela, e as pessoas também me perguntam sobre ela, e me reconhecem como alguém que está no processo de construção da ECOM. Ela é um espaço que estará sempre em construção. Eu sempre falo para os meus alunos que a ECOM é um lugar de passagem, e não de estadia eterna. As pessoas que estão aqui, tanto os alunos quanto os professores e coordenadores, vão contribuir com o que for preciso mas vão passar, o bastão vai ser sempre passado adiante. É muito importante a gente reconhecer que o outro que já esteve aqui tem a potência para estar aqui ou em qualquer outro lugar.

Na ECOM, eu tive a experiência de fazer o meu primeiro videoclipe como diretor de fotografia e câmera, e foi incrível gravar aquilo. Depois, o desdobramento de você estar com um clipe na mídia, de ver as pessoas que estavam participando te reconhecendo como um cineasta, como alguém possível para produzir um material como o videoclipe na qualidade que conseguimos fazer, é impagável. Até hoje as pessoas reconhecem a mim e aos outros par-

ticipantes também. O próprio MC Babalu³⁴ já me convidou para gravar outras coisas dele, me indicou para outras pessoas. Algumas dessas pessoas também já vieram participar da ECOM para aprender a produzir seus próprios vídeos. Essa é a importância do audiovisual para a Maré, a de construir, com a imagem, uma escrita da sua própria história.



Figura 18: MC Babalu durante filmagem do videoclipe *Nossa Festa é VIP* | Autor: André Sales (ECOM, 2015)

Eu gosto muito de trabalhar autorias individuais com as pessoas que passam pela ECOM, para que elas possam reconhecer suas potências pessoais. Mais que morar na Maré, é preciso mostrar as vivências e as relações afetivas das pessoas desse lugar. É muito o que eu faço. Moro na “divisa”³⁵, que fica localizada entre a Baixa do Sapateiro e a Nova Holanda, um espaço super caótico, de muita violência. Eu escolhi morar ali para ter um pouco da percepção de como é morar naquele lugar. Há pessoas que moram lá e não têm a possibilidade de sair dali. Eu escolhi morar lá para ter a noção de como é estar em uma área de conflito e ter de

34 Morador da Maré e cantor de funk com mais de dez anos de carreira. Em 2015, a ECOM desenvolveu o *Nossa festa é VIP*, primeiro videoclipe de sua trajetória artística, que teve os alunos da ECOM como realizadores do projeto. Fagner França atuou nas funções de diretor de fotografia e câmera do projeto.

35 Área que separa as comunidades Nova Holanda e Baixa do Sapateiro, marcada pelo constante conflito bélico entre GCAs do Terceiro Comando e Comando Vermelho, por determinar a fronteira limite de “atuação” dos dois grupos.

lidar com estudo, lazer, educação, com todo o resto estando nesse mesmo lugar, considerando que existem outras pessoas na própria Maré e no resto da cidade que vivem em lugares de mais tranquilidade e conforto, e tendo as facilidades de alcançar outros espaços também.

É de extrema responsabilidade, nós, como produtores de imagem, seja imagem em movimento, estática, fotografia ou vídeo, porque quando estamos fotografando não estamos apenas apertando o botão, documentando o espaço. Nós estamos contando uma história, estamos escrevendo com a luz, seja ela fotografia ou vídeo. Quando vamos exibir, mostrar esse material, a responsabilidade é muito maior do que quando fazemos a foto de qualquer outra paisagem. Nós não estamos aqui apenas para documentar o espaço, estamos contando uma história antes de qualquer coisa, por isso precisamos cuidar das pessoas que estão nelas [nas fotografias]. É um cuidado político, mas o nosso cuidado é porque ele ou ela que está na imagem é semelhante a mim, me representa enquanto favelado, como morador da favela, como alguém que está lutando por oportunidades.



Figura 19: Criança brinca em rua da Nova Holanda | Autora: Aline Oliveira (ECOM, 2015)

Quando produzimos imagens aqui dentro, estamos falando de nós mesmos, tudo isso fala sobre nós, isso é muito expansivo. Eu tenho essa necessidade de transitar pela Maré inteira e de tentar aproximar a ECOM ao máximo possível de cada comunidade. Precisamos nos

conhecer para que todos saibamos que somos a representatividade um do outro onde quer que estejamos.

Nós da Maré representamos um ao outro onde quer que a gente esteja. A Maré é esse grande quilombo onde lutamos dia após dia, nos construindo e nos desconstruindo para alcançar os nossos lugares de desejo. Na foto [*Gol Olímpico*, de Gabriela Lino], o menino que está jogando futebol sou eu. O menino que está na universidade sou eu, também. E o cara que está fotografando também sou eu. Isso é muito bonito aqui na Maré porque quando uma mãe chora, todas choram. Quando uma mãe sorri, todas as mães sorriem.

As pessoas me reconhecem e eu também me reconheço nesse exercício de registro, mas esse processo de reconhecimento não é fácil. Todo esse processo de reconhecimento, do meu ser, de quem eu sou, é uma coisa que vai ficar por muito tempo. Inclusive, na Maré, quem diz que já se reconhece como alguma coisa está mentindo. Nós somos obrigados a nos reconhecermos o tempo inteiro perante a sociedade. É longo esse processo de se reconhecer no espaço. Eu ainda sustento que preciso circular aqui dentro para me reconhecer ainda mais.



Figura 20: Criança brinca em rua de Ramos | Autora: Aline Oliveira (ECOM, 2015)

De 2014 até agora, eu perdi 20 amigos. Pessoas que eram envolvidas no crime organizado e pessoas que não eram. A maior parte dessas pessoas foi assassinada pelo Estado. O que mais me entristece é saber que é o próprio Estado que vem derrubar os corpos negros favela-

dos. Eu sou negro, eu sou favelado. De 2014 a 2016 foi um período ainda mais tenso para mim porque eu me sentia numa fila. Eu ficava pensando que a qualquer momento eu podia ser essa pessoa que seria assassinada, que colocariam [os policiais, o exército] uma arma ao lado do meu corpo para dar a entender que eu era traficante para justificarem a minha morte. Eu fiquei nessa “nóia” por muito tempo. Em alguns momentos, ainda surge isso na cabeça e eu desenvolvi por conta disso uma grande dificuldade de sair da Maré porque eu entendo que o meu corpo e a minha cor são uma ameaça.

Quando eu vou até a Avenida Brasil pegar um ônibus, eu fico muito ligado. Caso passe um carro de polícia, eu tento encenar que não devo nada, mesmo sabendo que não devo nada, que não sou marginal. O meu corpo, a minha pele, a minha favelicidade parece dever muito. Como morador e pertencente desta cidade, esse é o meu sentimento. Você perde tantas pessoas que você ama, como amigos de infância, vizinhos, familiares, pessoas com quem você estudou, com quem você tomou uma cerveja no fim de semana. No dia seguinte, eles podem não estão mais vivos, sabe? São perdas de pessoas tão jovens na maior parte das vezes. Isso me sensibiliza muito.



Figura 21: Criança joga futebol em escola na Maré | Autora: Aline Oliveira (ECOM, 2015)

Outro dia, eu perdi um aluno de dez anos que voltava do futebol. Como cuidamos da nossa saúde mental em momentos como esses? Eu não sei se alguém consegue responder isso.

Como a gente lida com tantos dados terríveis para as pessoas que estão neste espaço? Como a gente lida com essas informações? As pessoas estão calculando as operações policiais e tudo vira cálculo. A gente às vezes acaba perdendo de vista até a percepção de que se trata de vidas, de gente perdendo gente, gente deixando de estudar, perdendo o acesso ao lazer, o acesso à saúde. Por que para a Maré, para a favela, tudo deve ser pensado como mínimo? Eu caio nessa questão porque me toca muito. Por que os quilombos, as favelas, as periferias, que são sempre os espaços mais miseráveis, são também os espaços para onde são destinados os menores recursos? Essa é uma questão para se pensar a situação das favelas no Rio de Janeiro e assim podermos construir juntos uma situação mais justa. Eu, como morador, estou muito focado nisso.



Figura 22: Criança solta pipa em rua da Nova Holanda | Autora: Aline Oliveira (ECOM, 2015)

Se não está igual a como era antes ou durante a ocupação do exército, piorou. Para mim, a ocupação do exército acabou servindo também como uma formação para quem está no crime. Hoje, o moleque que está no crime, que está no tráfico, está melhor informado sobre como ele pode atuar durante uma operação policial a partir da experiência de como era quan-

do tinha a ocupação militar. Ele já sabe como agir quando precisa defender a sua própria vida e defender a vida do outro que está com ele. Aquele processo da ocupação militar acabou sendo um processo de “formação” não só para esses grupos civis armados, mas para todas as pessoas que vivem e sobrevivem neste espaço. Os moradores foram obrigados a reaprender por onde andar e por onde não andar dentro da favela. Aprenderam como agir e para quem telefonar quando um policial invade as suas casas. Foi uma formação fundamental devido a todo o sofrimento. É como quando você tem uma ferida que de tanto tempo exposta e descuidada acaba aprendendo a viver com a dor.

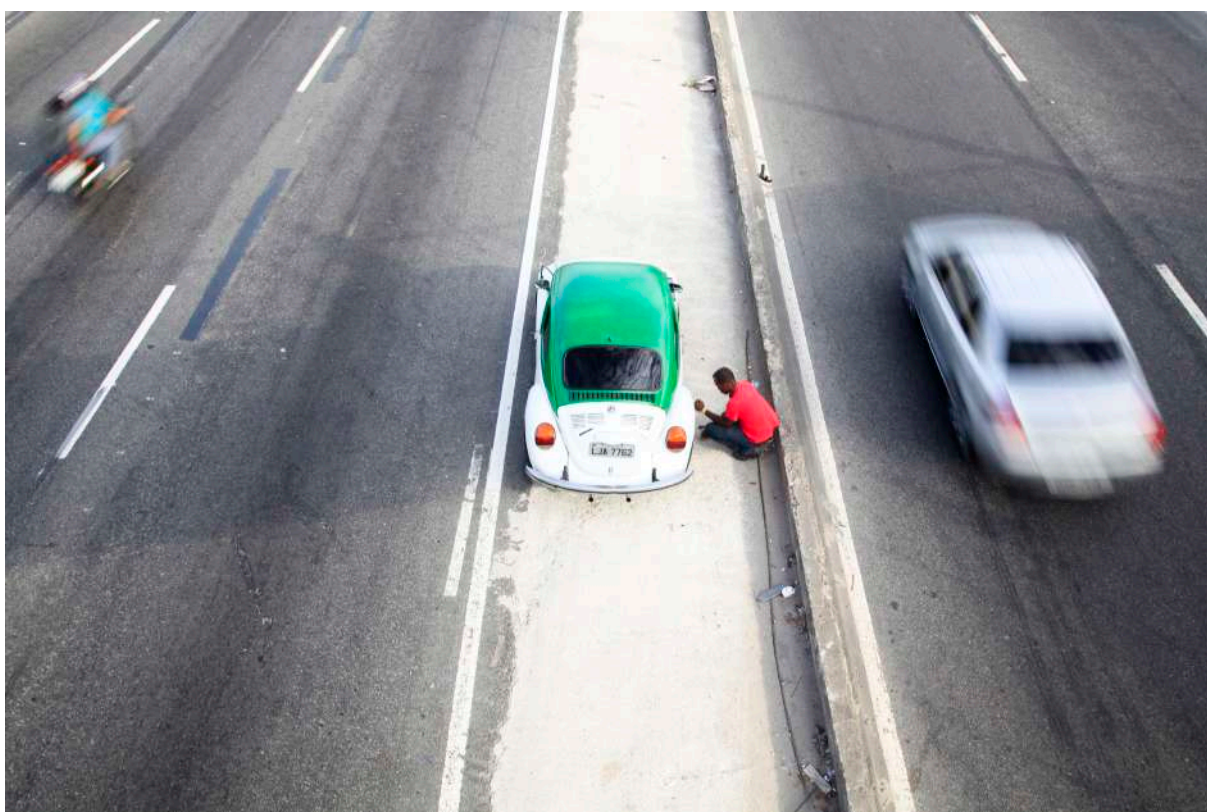


Figura 23: Carro estacionado na Av. Brasil, altura da Vila do João | Autora: Aline Oliveira (ECOM, 2016)

Meses atrás, tivemos uma mega operação da intervenção militar [intervenção federal no estado do Rio] que reuniu a Marinha e os policiais do BOPE. O comportamento da Maré foi muito mais maduro do que era antes. As pessoas olhavam dentro dos olhos dos militares, se apresentavam e abriam as portas da casa dizendo para eles que aquele espaço devia ser respeitado. Eu fui uma das pessoas que acompanhou algumas incursões em becos e via também como os militares tinham de lidar com os moradores se mostrando enquanto construtores deste espaço. Não adianta nos escondermos porque as Forças Armadas também nos encaram

como um mal a ser combatido. Precisamos mesmo mostrar a cara, a Maré tem que mostrar a cara.

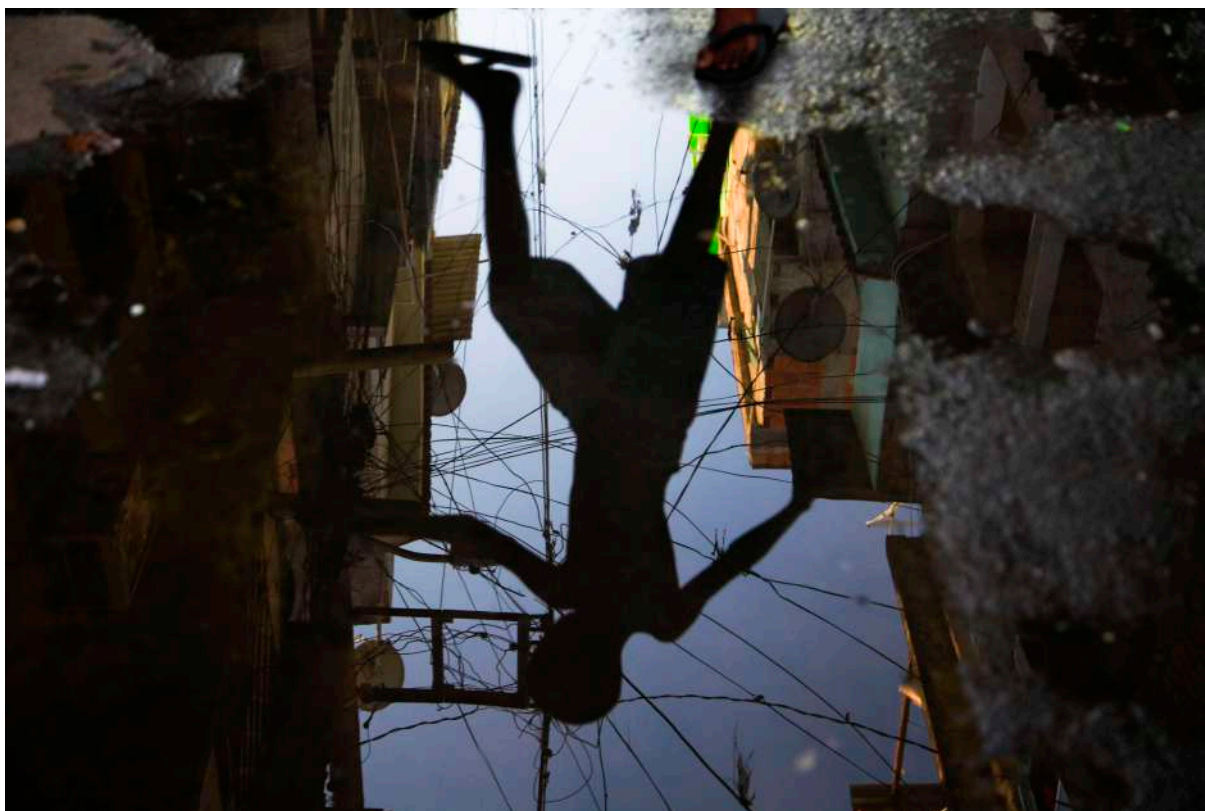


Figura 24: Criança brinca em rua da Nova Holanda | Autora: Aline Oliveira (ECOM, 2016)

Como pai, eu tento fingir que não tem nada acontecendo, mas eu sei que tem uma coisa muito sinistra acontecendo. O que é a intervenção militar? O que representou a intervenção militar na Maré? Quase ninguém entende o que foi isso. Como pai, eu tento fazer com que a minha filha não sinta esse cheiro de morte e negligência. Esse cheiro ruim que permeia as ruas quando a intervenção militar chega, quando as operações policiais chegam. Eu tento ao máximo mascarar isso para que a minha família não sinta da mesma forma que eu sinto. Minha filha tem cinco anos de idade e desde os dois anos ela percebe quando tem uma operação policial acontecendo porque a favela fica diferente. Eu tenho uma proximidade muito grande com a rua, eu sempre fui da rua, minha filha também é assim. Nós somos populares e estamos na rua o tempo inteiro, construindo juntos. Ela percebe, assim como eu, quando a Maré “não tá pra peixe”. Ou seja, quando não está bom para estar na rua, para circular, o que é de uma loucura sem tamanho. Como a gente pode construir, como a gente pode educar um filho com essa síndrome de violência direta contra a nossa existência? Novamente chegamos ao ponto de como cuidar da cabeça dessas pessoas que vivem aqui. Minha filha vai crescer

sabendo que a qualquer momento pode “estourar” uma operação policial. E o que é uma operação policial? O que é uma intervenção militar? Para mim, a intervenção militar é o golpe retornando. A intervenção militar é essa galera que vai para as ruas sustentar essa ideia porque quer nos matar, porque quer exterminar o povo preto.



Figura 25: Filha de Fagner França se prepara para ir à escola durante manhã de operação policial na Maré | Autor: Fagner França (ECOM, 2017)

O Mão na Lata³⁶ e a ECOM têm dois públicos diferentes, mas fazem parte da mesma ideia. Eu estou aqui, também, pensando isso: mostrar possibilidades para a elaboração de narrativas. Você pode estar escrevendo o seu próprio caminho da forma que você quiser. Trabalhamos bastante com roteiro, fotografia, vídeo, e discutindo sempre, e muito, a Maré. A partir daí, quando desenvolvemos outros temas, acabamos abrindo possibilidades, que é o que foi feito comigo.

36 “Mão na Lata é um projeto de educação [realizado pela Redes da Maré e criado pela fotógrafa e designer Tatiana Altberg] que visa o desenvolvimento pessoal e social de adolescentes da Maré por meio da fotografia e da literatura. As oficinas são dirigidas a jovens entre 11 e 17 anos.

A técnica *pinhole* utilizada nas oficinas nos permite explorar os princípios básicos da fotografia de forma lúdica, desde a confecção das câmeras, a partir de latas recicladas, ao momento de revelação dos negativos. Tanto o processo técnico quanto a metodologia de trabalho são ideais para crianças e adolescentes, uma vez que propiciam um processo de aprendizagem divertido e colaborativo.

O principal objetivo dos encontros é ampliar a capacidade de percepção dos participantes por meio da produção de imagens fotográficas e de narrativas em forma de texto. O contato com diferentes experiências artístico-culturais, como o cinema, as artes plásticas, a literatura, a música e a própria fotografia, também estimula o jovem a se apropriar criativamente das infinitas possibilidades de seu imaginário e a refletir sobre sua noção de identidade e de comunidade”. (Fonte: <http://www.maonalata.com.br/artigo/289> / Acesso em: 30/10/2018)



Figura 26: Crianças dançam passinho na Nova Holanda | Autora: Aline Oliveira (ECOM, 2016)

Eu sempre tive muitas possibilidades. Eu acho que um projeto de cidade precisa ser assim, com muitas possibilidades de escolha. A ECOM e o Mão na Lata, que estão caminhando lado a lado, com seus projetos de fotografia e vídeo, de audiovisual, eles estão aí para construir narrativas coletivas e individuais que possam principalmente afirmar que o participante pode escolher o que quer fazer. São pequenos mergulhos onde você em algum momento vai escolher alguma coisa. Eu tenho o Patrick, um aluno que está comigo desde setembro do ano passado, que nunca tinha segurado uma câmera digital na mão e através da ECOM pôde iniciar isso. Ele acabou de entrar na Agência de Narrativas³⁷ do Observatório de Favelas e está super empolgado documentando a Maré e construindo seu próprio desejo, e é isso que me motiva tanto aqui dentro. Ver como essas crianças, jovens e adultos, ao participarem dessas iniciativas e projetos locais, vão escolhendo seus espaços através das coisas que apresentamos a eles. Não estamos impondo que devam se tornar cineastas ou fotógrafos, essas pessoas vão

37 “A Agência de Narrativas das Periferias é uma escola de comunicação e jornalismo com foco na produção de narrativas inovadoras sobre as questões que envolvem os territórios populares e seus moradores. Essa iniciativa é uma realização do Observatório de Favelas em parceria com o Data_labe e tem o apoio da Ford Foundation — instituição internacional que financia programas de promoção da democracia e redução da pobreza. O projeto Agência de Narrativas surgiu a partir de uma parceria entre o Data_labe e o Observatório de Favelas em 2017”. (Fonte: <https://eurio.com.br/noticia/1210/inscricoes-gratuitas-para-o-curso-de-narrativas-do.html> / Acesso em: 30/10/2018)

escolher a partir do que gostam, a ECOM e o Mão na Lata funcionam assim. Essas pessoas vão encontrando os seus caminhos e podem atuar nesses ramos profissionalmente, ou não. Os alunos sempre dizem “vou estudar Pedagogia” ou “vou estudar Ciências Sociais”, mas passaram pelo Mão na Lata, passaram pela ECOM, passaram pelos projetos que a Redes da Maré e o Observatório de Favelas estão fazendo acontecer. Eu sou um exemplo vivo disso. Estou aqui porque é uma escolha minha estar aqui. Eu estou aqui porque eu gosto de estar aqui e porque eu gosto do que faço. No momento em que eu não quiser estar aqui, eu vou estar em outro lugar. E eu não sou o Fagner só daqui, eu sou o Fagner de todos os lugares, sou o Fagner do Rio de Janeiro inteiro, do Brasil inteiro, mas é isso que as pessoas geralmente não entendem. As pessoas ficam achando que a pessoa é a pessoa daqui, que ela não deve sair daqui, ela tem sempre que estar aqui para ser daqui, mas nós estamos aqui para o mundo. É como aquela história da mãe que diz “não crio filho para mim, crio filho para o mundo” — isso é genial! É importante entendermos este lugar para lidar com o mundo a partir dele e assim vivermos o mundo de forma completa.

2. Eliana Sousa Silva³⁸

As operações policiais geralmente acontecem de uma maneira muito complicada porque elas começam de repente, no início do dia, momento em que as pessoas estão começando a se organizar. Falando do ponto de vista dos moradores e de quem está na favela, seja saindo para ir para a escola ou para trabalhar, as operações acontecem sem uma programação ou situação da polícia avisar que vai fazer operação. Acontecem sem nenhuma lógica de planejamento. Quando essas corporações chegam ali, elas não têm uma lógica no próprio processo de organização daquele evento.

Para quem está dentro da favela, acaba que não entende muito bem onde a operação está acontecendo e o que ela está estabelecendo. Não há relações públicas por parte da polícia à frente da operação para explicar aos moradores. Não explicam se a operação é para cumprir determinados mandados de prisão ou para alcançar determinadas questões que a polícia precisa investigar. Não há ninguém ali representante da polícia ou da Secretaria de Segurança

38 SILVA, Eliana. Cofundadora e diretora da Redes da Maré, entrevista concedida em abril de 2017. Cofundadora do Instituto Maria e João Aleixo (IMJA) e codiretora do Festival Mulheres do Mundo Brasil (WOW).

Pública para estabelecer esse diálogo, então isso gera muito boato, muita insegurança, muita desinformação.



Figura 27: Vista da Maré desde laje na Nova Holanda | Autora: Aline Oliveira (ECOM, 2016)



Figura 28: Alunos a caminho da escola na Nova Holanda | Autor: Diego Jesus (ECOM, 2017)

Se formos buscar essas informações no site da Polícia Militar, no Twitter da polícia, você não tem nenhuma informação clara e transparente sobre a razão daquela operação. Eu entendo que se fosse uma operação clara e transparente, estaria ali a informação para a imprensa, para qualquer morador. Essas operações criam uma situação de constante instabili-

dade. Para quem trabalha na Maré, a coisa fica ainda mais nebulosa. No caso do morador da Maré, ele já viveu tanto essa situação que acaba criando um padrão mental para entender as coisas mais simples ou mais complexas. O cotidiano de trabalho de quem é de fora da Maré, como é o caso dos professores das escolas ou médicos dos Postos de Saúde, por exemplo, é diretamente afetado pelas operações. A consequência é quase sempre fechar os Postos de Saúde e as escolas. Isso não quer dizer que o contexto de medo ou o sentimento de insegurança é maior ou menor que o do morador, mas esses profissionais podem escolher entrar ou não na Maré, se eles tiverem a informação sobre a operação policial.

Muitas escolas decidem não abrir, e os profissionais dos Postos de Saúde sequer chegam à Maré. Depois das redes sociais ficou mais fácil quem está fora não entrar. É uma situação bem diferente de quem já está lá dentro e, quando amanhece, começa a ouvir tiros e não sabe quando aquilo vai parar e quais as suas consequências. Precisamos entender quais são os limites que esses eventos podem trazer. Limites reais que olhem para a questão de como o cotidiano é alterado no caso de estabelecer o limite do quanto essas escolas vão funcionar ou não. Eu entendo que não podem ser trocas de mensagens que acabam determinando o funcionamento das escolas, não pode ser a partir desse procedimento. Entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Educação tem que ser estabelecido algum protocolo para que as informações para essa questão sejam discutidas, para que não seja uma informação que venha de qualquer lugar que vai estabelecer o funcionamento ou não de equipamentos públicos na Maré.

O que é mais grave quando as escolas e os Postos de Saúde fecham: quais são os prejuízos que trazem para quem vive e acessa aqueles estabelecimentos públicos? Em 2016, nós tivemos 20 dias com escolas fechadas. Isso significa 10% da carga horária anual das crianças, esses 10% não foram repostos. Como se mede o prejuízo disso? Quem é o prejudicado? Quem de fato vai cumprir com essa violação que aconteceu do direito da criança de ter aula? O que foi acertado para repor essa carga horária? Não se tem nenhum protocolo transparente em relação a isso. Não deve ser naturalizado o fato de a escola fechar e não haver reposição do fechamento. Se é dessa maneira que o Estado vai estabelecer nesse momento uma relação com as favelas, a operação policial é uma atividade desse trabalho. Deve ser repensado como isso atinge esses serviços públicos, como atinge a população. A gente tem que exigir que a Secretaria de Segurança Pública estabeleça um outro tipo de protocolo para que essas ope-

rações aconteçam. Se as escolas vão ser fechadas, quem será responsabilizado pelo fechamento dessas escolas? Quem vai assumir esse compromisso, a Secretaria de Segurança Pública ou a Secretaria de Educação? São essas questões que as escolas devem demandar da Secretaria de Segurança Pública. A escola não quer viver essa realidade, mas infelizmente é a que está colocada. A escola precisa trabalhar essa dimensão da realidade considerando outras medidas, para que esse direito de estar na escola se concretize.



Figura 29: Marcas de tiros em fachada de escola atingida durante conflitos armados na Maré | Autor: Fagner França (ECOM, 2017)

A questão especificamente da polêmica em torno da blindagem³⁹ dos muros das escolas, é uma falsa questão colocada nesse momento em que a violência toma volume e atinge as escolas, questionando o próprio funcionamento delas. É uma falsa questão para mim. Por quê? Eu não entendo, ao se colocar a questão, você ter uma escola com 146 tiros, com 146 buracos na parede. Então você olha para a parede e diz que os buracos existem porque eu preciso blindar, construir um cimento para que as balas não atravessem as paredes. É uma falsa resposta. Eu não acredito que a Secretaria de Educação, ao olhar para essa parede, esteja querendo dar essa resposta, ela não responde o que essa parede está querendo dizer. O que eu

39 “— Vou fazer isso [blindar as escolas] assim que chegar a argamassa. Ela é importada, fabricada nos Estados Unidos. Hoje, temos 20 escolas paradas. Ninguém pode governar uma cidade nessas condições, sem segurança. Não podemos ter mais crianças baleadas dentro de escolas — afirmou o prefeito [Marcelo Crivella], após dar início a um mutirão de catarata no Hospital Municipal Miguel Couto, no Leblon”. (Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/crivella-diz-que-argamassa-para-blindar-escolas-ja-foi-encomendada-nos-eua-21152061> / Acesso em: 30/10/2018)

tenho acompanhado sobre a postura da Secretaria de Educação, é que ela tem buscado enfrentar a real questão: por que a escola está sendo alvejada dessa maneira? É preciso entender como o órgão responsável deve lidar com o problema, e o que eu tenho visto é uma tentativa de dar uma resposta mais elaborada sobre isso. A mídia vem reforçando muito essa resposta [da blindagem].

Em algum momento, o prefeito do Rio [Marcelo Crivella] deu essa resposta de usar um cimento que não se sabe de onde vem para blindar as paredes das escolas. Uma resposta muito infeliz para essa questão. Há, por parte da Secretaria de Educação, a necessidade de dar uma resposta mais profunda sobre isso. O secretário César Benjamin vem tentando lidar com essa situação, buscando estabelecer diálogo com os professores, buscando dar voz a eles, trabalhando com gestores para entender como se chegou a essa situação, então eles pensam soluções. Semana passada, todas as escolas do Rio de Janeiro pararam para discutir a situação de violência, estabelecendo com a Secretaria de Segurança Pública, que não tem dado respostas contundentes, a necessidade de entender essa situação.



Figura 30: Interior de escola durante operação policial na Maré | Autor desconhecido (2016)



Figura 31: Interior de escola durante operação policial na Maré | Autor desconhecido (2016)

Quando a gente insiste na questão da blindagem, a gente acaba reforçando uma ideia de que esse problema é insolúvel, porque blindar as escolas não é uma solução viável, não vai resolver um problema que é histórico. A escola não é como um carro que você blinda e *ok*. A escola está no lugar que precisa de uma resposta estruturante para se pensar o problema da violência. Nesse lugar, a resposta precisa ser mais elaborada, estruturada, complexa, para tratar do problema da violência. Como sociedade civil, precisamos saber quais sinais estão sendo oferecidos para repensar esse processo histórico de violência onde há escolas. Essa ideia de uma escola sem muros, como o que se fez na Maré com as novas escolas⁴⁰, cada governo vai estabelecendo um projeto de estrutura para elas. Não acho que a preocupação foi de fazer uma escola sem muros por achar que a criança podia desenvolver de uma forma mais eficiente a relação com esse espaço. Esses conceitos usados não estavam ligados com uma pedagogia que se preocupasse com a condição da criança. Esse projeto de arquitetura, quando você fala de uma fábrica de escolas, você fala de uma produção em escala. As paredes das escolas são feitas de *drywall*, leves e muito menos arrojadas do que deveriam para ser uma escola para durar. Dependendo do que você coloca próximo a essa parede, ela vai se deterio-

40 “Construídas através do programa Fábrica de Escolas do Amanhã, começam a funcionar com o novo sistema as escolas municipais Primário Nova Holanda, Primário Osmar Paiva Camelo, Primário Lino Martins da Silva e Ginásio Olimpíadas Rio 2016. Juntas elas vão beneficiar três mil alunos na região, que passarão a estudar em tempo integral, com turno de sete horas”. (Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/rio-ganha-quatro-unidades-do-programa-escola-do-amanha-na-mare.html> / Acesso em: 02/11/2018)

rar mais rapidamente. Imagina um tiro de fuzil. É preciso pensar a estrutura dessas escolas, não apenas por conta dos tiros, mas porque ela precisa ter uma estrutura física de funcionamento. Elas foram pensadas em escala, são frágeis na própria estrutura que foi pensada para dar uma resposta a uma questão que deveria ser de longo prazo, com mais durabilidade. Se trata mais de uma questão material, econômica, do que de uma questão filosófica de muros ou grades.

Sobre os muros ou painéis⁴¹ cobrindo a Maré, fazendo um limite na Linha Vermelha, é uma questão de um tempo que não é o mesmo tempo que estamos falando agora em relação às escolas. No momento em que os painéis foram construídos, foi uma polêmica no Rio de Janeiro. Naquele momento que se decidiu colocar os painéis, foi o momento também em que se decidiu trazer as Olimpíadas e a Copa do Mundo para a cidade. Todas as pessoas que chegam no Rio pelo aeroporto internacional⁴² têm vista para a Maré. Quando se construiu a Linha Vermelha, se deveria ter pensado o impacto ambiental que ia causar naquela área. Em outros países, são construídas barreiras acústicas para quem está morando próximo a vias como a Linha Vermelha. Isso não foi pensado antes [a construção dos painéis acústicos], foi pensado para os eventos depois que eles foram confirmados. A prefeitura usa, então, esse argumento de se construir barreiras acústicas. Na minha opinião, não foi por causa dos moradores, mas um argumento utilizado para diminuir o questionamento de colocação dos painéis. Esse exemplo do painel é importante para refletir como o Estado pensa a relação das suas políticas para a população. Nunca responde a uma demanda de preocupação real com o cidadão. A confirmação disso é quando as novas escolas ao longo da Linha Vermelha são construídas e os painéis não são colocados apenas nas fachadas das escolas⁴³. Isso é feio por parte da prefeitura, porque justamente na área em frente às escolas a barreira acústica deveria estar presente. Esses governantes estão muito pouco comprometidos com a população que vai ser impactada. A preocupação do poder público não é o bem-estar da população.

41 Separaram a Maré da via expressa Linha Vermelha. Os painéis, ou muros acústicos, são chamados popularmente pelos moradores da Maré de “tapa-favela”, numa crítica ao seu uso discriminatório em relação à suposta intenção de dificultar a vista de turistas que chegam à cidade pelo Aeroporto Internacional. Ironicamente, em 2016, pouco antes da realização da Olimpíada na cidade, a Secretaria de Turismo aplicou adesivos temáticos do evento sobre os painéis de acrílico, onde se podia ver imagens coloridas de pontos turísticos da cidade, além de uma diversidade de imagens com diferentes esportes olímpicos.

42 Aeroporto Internacional Tom Jobim, também conhecido como Galeão.

43 A ausência dos painéis se dá justamente em frente às novas escolas construídas na Maré, localizadas às margens da Linha Vermelha. A medida expõe ainda mais o interesse do poder público de usar os painéis como forma de dificultar a visão da Maré ao longo da via expressa.



Figura 32: Fachada de escola atingida durante conflitos armados na Maré | Autor: Diego Alves (ECOM, 2017)



Figura 33: Fachada de escola atingida durante conflitos armados na Maré | Autor: Diego Alves (ECOM, 2017)

O objetivo do trabalho que fazemos é observar essas questões a fundo. Militamos na Maré há muitos anos, e me vejo estimulada a estar pensando algumas mudanças pois apesar de perceber que os problemas se complexificaram, eles não são problemas necessariamente da Maré. A gente vive em um país, e em uma cidade, onde os problemas têm se complexificado.

Os desafios que temos se refletem nesse trabalho que eu me vejo construindo. Eu não coloco esses desafios como uma realidade intrínseca à Maré. Eu me entendo como uma pessoa que se constituiu na Maré, que tem uma forma de olhar o mundo a partir desse lugar. O meu desejo é ver no campo da educação, por exemplo, essas escolas funcionando plenamente. Os problemas vão sempre existir, os conflitos vão existir como parte de uma determinada realidade, mas eles vão estar estabelecidos a partir do momento em que as pessoas vão estar interagindo. Eu gostaria de ver esses problemas estabelecidos, gostaria de estar vendo só problemas inerentes a essas estruturas. O problema é que temos nas favelas problemas estabelecidos para essas estruturas educacionais que não deveriam estar colocados dessa maneira, interferindo diretamente na própria missão dessas instituições. A escola deixa de estar pensando nos seus problemas que são inerentes a uma instituição como a escola, para pensar um processo mais amplo de uma falta de direitos muito básicos para uma população que não deveria passar pela situação que passa. Eu gostaria de ver as escolas da Maré tendo problemas inerentes à própria ideia de escola, e não as crianças terem que discutir se a escola pode ou não abrir. São problemas de uma questão muito mais ampla que a gente já deveria ter superado em relação à política estabelecida. O que estamos buscando coletivamente é que as crianças têm direito de estar nas escolas, de ir e vir, de brincar. Quando as crianças vão poder brincar? Quando vão poder estar na rua sem medo? Isso é básico e deveria ser reconhecido para a realidade das crianças que são pobres e que muitas vezes são tolhidas de seus direitos básicos.

Do ponto de vista pessoal, eu gostaria de ver garantidas na trajetória de tantas pessoas que já passaram por esse trabalho, e que inclusive morreram por ele, as resoluções para esses problemas relacionados à própria estrutura, e não a estrutura ser influenciada por questões muito mais amplas. Os jornais estabeleceram certa região da Maré como “Faixa de Gaza”⁴⁴, que do ponto de vista das representações é muito preconceituoso e negativo. Na região entre a Baixa do Sapateiro e a Nova Holanda, colado ao Parque Maré, foram pensados alguns equipamentos públicos, um conjunto de espaços culturais e educacionais. Eles estão ali para que o lugar seja ressignificado. O que aconteceu é que os problemas da violência foram para dentro desses equipamentos: escolas, Vila Olímpica, Lona Cultural Herbert Vianna. A violên-

44 A “divisa” — como é popularmente conhecido o local que separa as comunidades Nova Holanda e Baixa do Sapateiro — é onde ficam as escolas Elis Regina, CIEP Samora Machel, Creche Escola Monteiro Lobato e as Escolas do Amanhã, além da Lona Cultural Herbert Vianna, equipamento gerido pela Redes da Maré. Por se tratar de uma “fronteira” entre duas facções, o CV e o TC, as escolas são diretamente prejudicadas pelos confrontos desses GCAs.

cia passou a influenciar e determinar o funcionamento dessas instituições. O que a gente precisa estabelecer é uma mudança nesse foco de como a violência entra e determina o funcionamento dessas instituições. Outro foco é como essas instituições influenciam para que essa violência ocupe um outro lugar e não interfira de forma tão determinante na vida de quem está usufruindo dos serviços públicos. Pensar, principalmente, como a violência ocupa um lugar na sociedade sem interferir e prejudicar tanto a vida das pessoas na Maré.